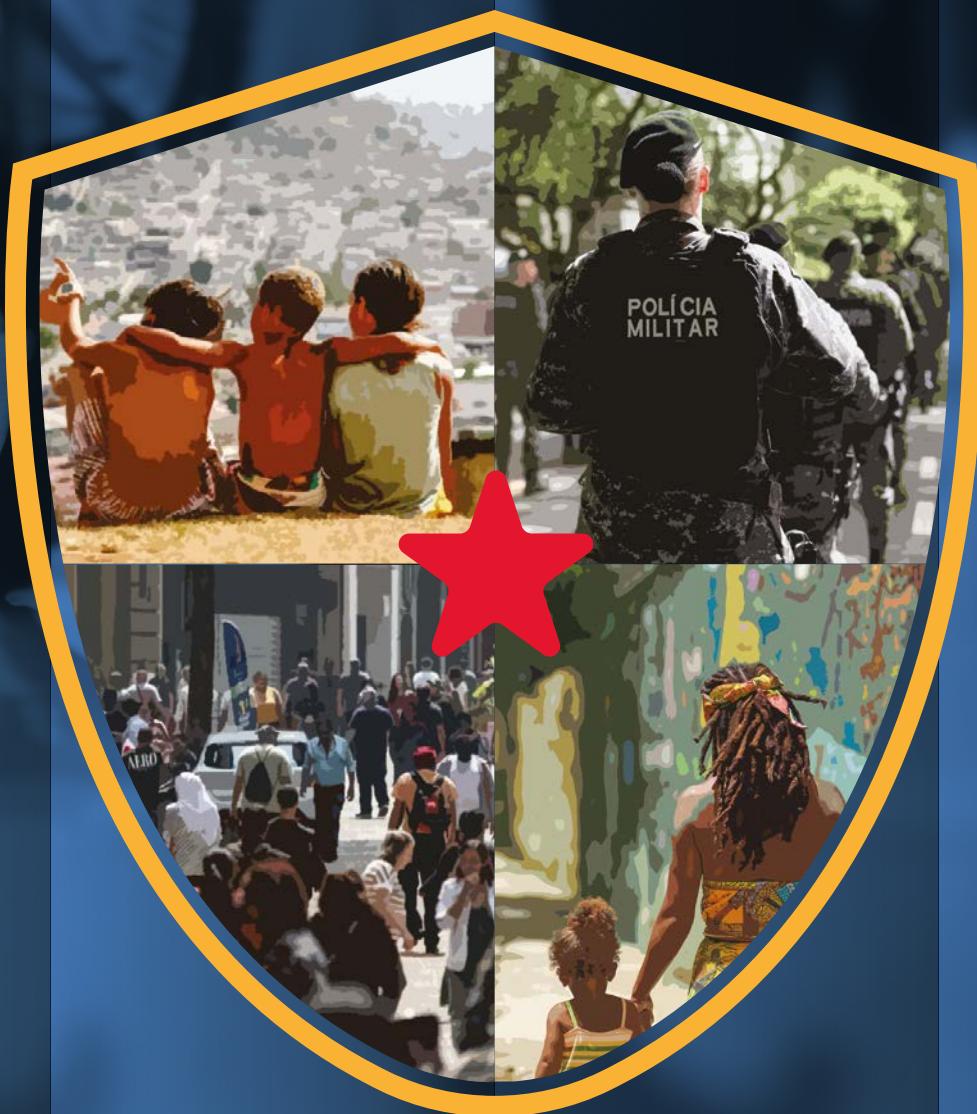


# SEGURANÇA PÚBLICA

PT assume disputa da segurança pública com foco em direitos, combate à desigualdade e enfrentamento ao crime organizado



**focus**  
**BRASIL**

Fundação Perseu Abramo 03 de dezembro de 2025 Nº 218

Extrema direita e segurança: captura narrativa, sabotagem e riscos democráticos  
Segurança pública como política de Estado:  
o acúmulo das gestões do PT

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

**Diretor de Comunicação:** Alberto Cantalice

**Coordenador de Comunicação:** Pedro Camarão

**Coordenador editorial:** Guto Alves

**Diagramação e Arte:** Nathalie Nascimento

**Colaboradores:** Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes, Rose Silva



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente:** Paulo Okamotto

**Vice-presidente:** Breno César Gomes de Almeida

**Diretoras:** Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

**Diretores:** Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

## CONSELHO CURADOR

**Presidenta:** Eleonora Menicucci

**Conselheiros:** Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

## SETORIAIS

**Coordenadores:** Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tattó (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

## CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Já está disponível para compra o novo livro do jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

## » PROGRAMA Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às terças, 17h no canal da FPA

ACOMPANHE : [/Fundacaoperseuabramo](https://www.youtube.com/c/Fundacaoperseuabramo)



F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



# Disputa central

O PT destaca a segurança pública como pauta transversal no centro de seu projeto social nacional, apresenta nova cartilha e organiza experiências de gestão, inteligência e presença estatal para enfrentar o crime organizado e a narrativa da extrema direita. **pág. 04**

## CAPA

Segurança pública em disputa: PT assume a pauta sequestrada pela extrema direita

**pág. 04**

Cartilha Brasil Seguro, Família Protegida organiza proposta nacional do PT para a segurança pública

**pág. 08**

Segurança pública como política de Estado: o acúmulo das gestões do PT

**pág. 10**

“Segurança pública precisa entrar no centro do nosso projeto”, afirma Edinho Silva

**pág. 13**

“Favelas não são zonas de guerra são quilombagens

modernas”, afirma Benedita

**pág. 15**

“Erro político é deixar a segurança nas mãos da extrema direita”, diz José Dirceu

**pág. 16**

## BRASIL

Clávia Vieira: “Queremos sair do fim da fila, temos pressa”

**pág. 18**

Calvo do Campari e a violência de gênero: quase 4 milhões de mulheres já sofreram agressões em 2025

**pág. 21**

Com aumento da precarização, trabalhadores querem proteção e direitos

**pág. 23**

Casos de HIV e AIDS podem passar dos 3 milhões até 2030  
**pág. 25**

42 vezes: por que Lula recebe tantos títulos de doutor honoris causa?

**pág. 28**

USP e Google lançam Cátedra IA Responsável

**pág. 30**

## POLÍTICA

Mais um depoente preso pela CPMI do INSS

**pág. 32**

Contador dos ‘Golden Boys’: peça-chave em esquema bilionário do INSS depõe na CPMI

**pág. 34**

## ARTIGO

Autópsia de um golpe eleitoral e a sombra do narco-estado

**pág. 36**

## CULTURA

O que está por trás do sucesso recente dos filmes nacionais

**pág. 39**

## INTERNACIONAL

Zelensky faz viagens a países europeus para negociar termos do acordo com EUA

**pág. 42**

Dia da Solidariedade com Palestina registra mobilização global

**pág. 43**



Gustavo Moreno/STF

# Segurança pública em disputa: PT assume a pauta sequestrada pela extrema direita

O seminário foi, nas palavras do presidente Edinho Silva, o início da construção programática para o 8º Congresso do PT e para o programa que o partido apresentará em 2026

Guto Alves

**N**ão foi um ato simbólico nem uma resposta apressada a uma tragédia recente, mas uma “coincidência” de resposta e planejamento com um dos problemas que mais preocupam o brasileiro no momento: o seminário sobre segurança pública realizado pelo PT e pela Fundação Perseu Abramo no Rio de Janeiro marcou um

movimento político mais profundo: transformar acúmulo técnico, experiências de gestão e debate interno em projeto estratégico para o país – e em arma central para enfrentar a extrema direita nas eleições de 2026.

Logo na abertura do evento, o presidente nacional do PT, Edinho Silva, deixou claro que o partido não pretende mais tratar o tema como um tabu.

“Um partido como o nosso não pode se acovardar diante do senso comum. Existimos para disputar e hegemonizar o senso comum,

não para segui-lo”, afirmou, ao criticar a lógica de operações letais que deixam corpos negros estendidos no chão sem que o Estado dispute esses jovens com o crime organizado.

A deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) trouxe a dimensão racial e territorial da violência, lembrando que favelas são “quilombagens modernas” ao denunciar o modelo que transforma bairros populares em zonas de guerra.

“Defendemos uma política de segurança que coloque a vida no



centro, que reduza letalidade, proteja civis e também profissionais da segurança pública”, disse, reforçando a necessidade de um Ministério da Segurança dedicado ao tema.

Paulo Okamotto, presidente da Fundação Perseu Abramo, ligou a discussão à disputa de projeto de país: “Segurança pública é também disputar os sonhos da juventude. Só é possível disputar esses sonhos construindo uma sociedade socialista, mais justa, mais igualitária”.

Para Alberto Cantalice, diretor de Comunicação da FPA e um dos coordenadores do plano e da cartilha lançada no encontro, o passo é histórico.

“Ao enfrentar temática tão difícil, o PT dá um salto de qualidade na sua compreensão sobre a principal preocupação dos brasileiros, a segurança pública”, resumiu.

## **Disputar o medo, disputar o território, disputar o senso comum**

Ao longo de dois dias, dirigentes, formuladores, gestores e especialistas partiram de um diagnóstico comum: a extrema direita

capturou a pauta da segurança pública, explorando o medo, banalizando a violência e vendendo soluções ilusórias – encarceramento em massa, flexibilização de armas, operações de extermínio – que não reduziram a criminalidade, mas ampliaram a letalidade policial e a vulnerabilidade de comunidades inteiras.

O ex-deputado e ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu (PT-SP) situou a disputa num cenário internacional em que crime organizado, milícias, narcotráfico e extrema direita se combinam para desestabilizar democracias.

“A segurança é instrumento político da extrema direita no mundo. Trump e outros grupos internacionais fazem isso: capturam a pauta, difundem medo, criam inimigos”, afirmou. E cravou a linha política que orienta o seminário: “Erro político não é assumir a segurança pública; é deixá-la nas mãos da extrema direita”.

Em verdadeira aula, o ex-ministro da Justiça Tarso Genro (PT-RS) chamou atenção para a necessidade de o PT construir uma linguagem comum sobre o tema, diferenciando segurança do Estado e segurança pública da vida cotidiana, aquela que diz respeito

ao jovem que não volta para casa, à mulher violentada, ao roubo de celular que produz pânico social.

“Essa segurança pública é um direito subjetivo universal”, lembrou, defendendo que o presidente Lula assuma coordenação direta da agenda, com estrutura própria no gabinete para articular projetos concretos nos territórios.

A mesa “Domínio Territorial e Soberania” reforçou esse eixo. Bruno Paes Manso (Doutor em Ciência Política pela USP) resumiu o dilema brasileiro em uma frase: “A criminalidade se expandiu porque o Estado não disputou o território nem a economia que o crime passou a controlar”.

Nicole Reis, (Vice-Presidente da União dos Profissionais de Inteligência de Estado – INTELIS) lembrou que “inteligência é ferramenta de Estado – não de governo”, denunciando o uso político dos aparelhos de informação no bolsonarismo. Luiz Eduardo Soares insistiu que não há enfrentamento ao crime sem enfrentar desigualdade, racismo estrutural e necropolítica.

Marcelo Freixo (PT-RJ), presidente da Embratur, cravou um ponto incômodo para a esquerda: “O problema também é de comu-

nicação. Qual é a nossa capacidade de conversar com os trabalhadores da segurança?”

O seminário foi, nas palavras do presidente Edinho Silva, o início da construção programática para o 8º Congresso do PT e para o programa que o partido apresentará em 2026. Do conjunto das mesas, emerge um consenso: segurança pública é direito popular, atravessa a vida da classe trabalhadora e não pode seguir sendo tratada como tema “da direita”.

## Legado petista: segurança pública como política de Estado

Se a extrema direita tenta vender o discurso de que “o PT não tem projeto para segurança pública”, o próprio seminário tratou de sepultar o lugar-comum.

A mesa sobre experiências de gestão mostrou que o partido acumula políticas que reduziram homicídios, reorganizaram sistemas de segurança e criaram modelos de policiamento de proximidade, prevenção social e inteligência reconhecidos nacional e internacionalmente.

De Diadema aos anos 2000, José de Filippi (PT-SP), ex-prefeito da cidade, recuperou a experiência que tirou o município de indicadores equivalentes a uma guerra civil para referência mundial, com queda de 68% nos homicídios.

“Política pública se faz com diagnóstico”, repetiu, ao relatar o mapeamento dos horários e dos territórios mais violentos, a regulação de bares, a integração com saúde, educação, assistência social e conselhos locais. “Não existe segurança sem presença do Estado”, insistiu.

No Piauí, as experiências de Chico Lucas (Secretário de Segurança Pública do Piauí) e Jean Uema, secretário Nacional de Justiça (MJSP), detalharam um

modelo baseado em inteligência, integração institucional e territorialização, com resultados consistentes na redução de homicídios e enfrentamento ao crime organizado. “Segurança pública não é mágica. É método. É trabalho. É diagnóstico.

É integração”, resumiu Chico. Uema foi direto ao ponto: “Não existe política de segurança pública bem-sucedida com sistema prisional desorganizado. Nenhuma”.

Araraquara e Maricá completaram o quadro. Edinho apresentou a tese da “municipalização silenciosa” da segurança, mostrando como guardas municipais, gabinetes integrados e políticas de prevenção com adolescentes e egressos já fazem, na prática, parte de uma política de segurança pública municipal, ainda que a Constituição não reconheça esse papel.

Washington Quaquá (PT-RJ), prefeito de Maricá, trouxe a dimensão territorial e social da disputa. Com uma cidade marcada por forte presença de facções e milícias no entorno, defendeu ocupação democrática e permanente dos territórios, articulando urbanização, mobilidade gratuita, renda básica e investimento territorial como política de segurança – mesmo quando não recebe esse nome.

“Territórios fortalecidos produzem menos violência. Município forte é política de segurança pública”, sintetizou.

Ao organizar essas experiências, o seminário sistematizou sete eixos centrais do legado petista: retomada territorial com presença contínua do Estado; inteligência e dados como base estruturante; municipalização de fato da segurança; prevenção social integrada com adolescentes e egressos; repressão qualificada com redução de letalidade; modelos concretos que transformaram

cidades e estados; e o papel do governo federal e da PEC da Segurança Pública na coordenação nacional do sistema.

## A disputa do projeto nacional

O encontro no Rio não se limitou a trocas de experiências. A Fundação Perseu Abramo e o PT apresentaram a cartilha **“Brasil Seguro, Família Protegida”**, que atualiza e organiza propostas do partido para a área, retomando o documento elaborado em 2002 pelo Instituto Cidadania e incorporando práticas recentes de governos e prefeituras.

Para Alberto Cantalice, a publicação enfrenta “os nós que entrelaçam a segurança pública: o sistema penitenciário, o feminicídio, as cadeias econômicas do crime, a ocupação dos territórios, os roubos e furtos”.

Entre os pilares, estão o Sistema Único de Segurança Pública, o fortalecimento da inteligência, o enfrentamento financeiro às facções, o ciclo completo de polícia, a desmilitarização constitucional, o policiamento de proximidade e a valorização dos trabalhadores da segurança.

“O policiamento de proximidade é uma das alavancas centrais do SUSP. As guardas municipais, armadas, podem objetivamente cumprir esse papel”, afirmou Cantalice.

Benedito Mariano, referência histórica da agenda, apresentou um diagnóstico duro: ocupação territorial por facções e milícias, letalidade policial, captura narrativa da extrema direita e sabotagem legislativa ao projeto enviado pelo governo Lula.

Classificou o relatório Derrite como “aberração jurídica e política”, por enfraquecer a PF, a Receita, retirar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e desfigurar o PL antifacção. “Não



podemos naturalizar territórios dominados pelo crime organizado. A hora é agora”, advertiu.

O embate programático sobre a criação de um Ministério da Segurança também apareceu com força. Dirceu e Benedita defenderam a pasta como instrumento necessário para estruturar orçamento e comando próprios.

Marivaldo Pereira, atual secretário nacional de assuntos legislativos do Ministério da Justiça, divergiu com respeito, argumentando que a cisão pode fragmen-

tar o Ministério da Justiça, reduzir participação social e isolar direitos humanos. “Criar um Ministério da Segurança pode comunicar muito, mas entregar muito pouco – e custar caro ao país”, alertou.

Mais do que um detalhe administrativo, o debate expõe a disputa estratégica dentro do próprio campo progressista sobre como organizar o Estado para recuperar o monopólio legítimo da força e enfrentar economias criminais que já operam em escala nacional e transnacional.

## Conhecimento técnico, disputa política e 2026 no horizonte

Na mesa de encerramento, Edinho Silva e Paulo Okamotto costuraram o fio político que atravessou todo o seminário: a segurança pública precisa deixar de ser apenas objeto de formulação setorial e passar a ocupar o centro do projeto petista para o país.

Okamotto destacou a importância de formação permanente, conteúdo qualificado e produção sistemática de conhecimento. “A cartilha Brasil Seguro, Família Protegida é só o começo: precisamos produzir cada vez mais conhecimento para convencer a sociedade”, disse, ligando o esforço da FPA à disputa concreta por opinião pública.

Edinho foi direto ao ponto: “Agora é construir um plano de trabalho para transformar formulação em ação política real na sociedade”. Para ele, cabe ao PT defender “uma concepção de segurança pública inspirada em um direito real da sociedade – não na lógica da repressão”. Isso significa disputar o imaginário, as palavras, as imagens e as soluções que chegam à casa do trabalhador quando o tema é segurança.

O clima final foi de seriedade e urgência, mas também de confiança. Os participantes saíram com a convicção de que o PT já tem acúmulo, dados, experiências e formulações para apresentar uma alternativa consistente, humanista e eficiente ao caos produzido por décadas de políticas improvisadas, operações midiáticas e populismo penal.

A partir do Rio de Janeiro, o recado ficou dado: a segurança pública entra definitivamente no centro do projeto petista, como política de Estado, compromisso com a vida e campo prioritário da disputa com a extrema direita em 2026. ■



## **Cartilha Brasil Seguro, Família Protegida organiza proposta nacional do PT para a segurança pública**

Publicação da Fundação Perseu Abramo sistematiza experiências de governos petistas, apresenta caminhos, enfrenta os “nós” da segurança pública e se torna referência para o debate programático rumo a 2026

**A**cartilha Brasil Seguro, Família Protegida, lançada no seminário nacional de segurança pública organizado pelo PT e pela Fundação Perseu Abramo, marca um ponto de virada no debate interno do partido.

Em vez de reagir à pauta sequestrada pela extrema direita, o PT apresenta uma síntese de experiências de governo, formulação acumulada e propostas estruturantes para enfrentar o crime organizado, a violência letal e a sensação cotidiana de insegurança.

Alberto Cantalice, diretor de Comunicação da FPA e um dos coordenadores do documento, define o passo político em curso como um salto qualitativo.

“Ao enfrentar temática tão difí-

cil, o PT dá um salto de qualidade na sua compreensão sobre a principal preocupação dos brasileiros, a segurança pública”, afirma.

A cartilha retoma o documento elaborado em 2002 pelo Instituto Cidadania, atualiza o diagnóstico e incorpora práticas testadas em cidades e estados governados pelo partido.

O texto enfrenta os pontos sensíveis do sistema. “A nossa cartilha busca enfrentar os nós que entrelaçam a segurança pública: o sistema penitenciário, o feminicídio, as cadeias econômicas do crime, a ocupação dos territórios, os roubos e furtos”, explica Cantalice.

## Pontos principais

Entre os pilares, estão o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública, o enfrentamento financeiro às facções, o ciclo completo de polícia, a desmilitarização constitucional e o policiamento de proximidade, articulado a políticas sociais e presença territorial do Estado.

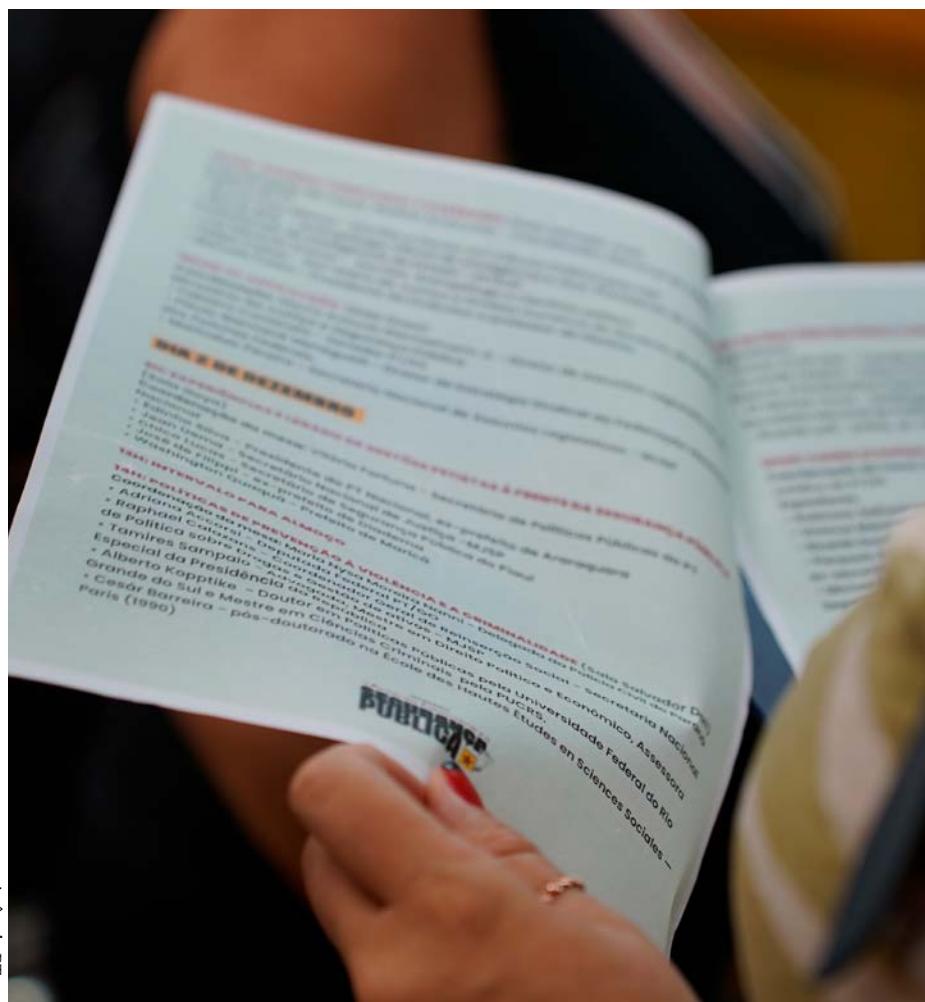
Paulo Okamoto, presidente da Fundação Perseu Abramo, vincula diretamente a produção da cartilha ao projeto nacional do PT. Para ele, não basta acumular experiências, é preciso transformá-las em linguagem acessível e estratégia de convencimento.

“A cartilha Brasil Seguro, Família Protegida é só o começo: precisamos produzir cada vez mais conhecimento para convencer a sociedade”, afirma.

O objetivo é formar militância, dirigentes e governantes, mas também disputar o senso comum sobre o que é segurança pública e quais caminhos de fato funcionam.

Na prática, o documento se coloca como uma base programática para o 8º Congresso do PT e para o programa que será apresentado nas eleições de 2026. Ao organizar dados, propor diretrizes e sistematizar experiências bem-sucedidas, a cartilha ajuda a sepultar a ideia de que o partido não teria resposta para o tema - e reposiciona a segurança pública como parte central de um projeto de desenvolvimento, democracia e redução de desigualdades, e não como sinônimo de repressão improvisada. ■

# Documento organiza proposta nacional do PT para a segurança pública





Agência PT

# Segurança pública como política de Estado: o acúmulo das gestões do PT

Experiências de Diadema, Piauí, Maricá e São Paulo mostram que políticas consistentes, baseadas em inteligência e presença estatal, já produziram resultados concretos e formam hoje o principal acervo para uma nova agenda nacional

Redação Focus Brasil

**D**urante o seminário organizado pelo Partido dos Trabalhadores e pela Fundação Perseu Abramo, nos dias 1º e 2 de dezembro, no Rio de Janeiro, um ponto reapareceu com a força de algo há muito evidente, mas pouco dito: o Brasil já testou políticas de segurança pública que funcio-

nam — e elas nasceram em gestões petistas.

A mesa dedicada às experiências estaduais e municipais mostrou que esses modelos, apesar de consolidados e reconhecidos, ainda não ocupam o centro do debate político nem a narrativa pública do campo progressista.

“Segurança pública não é pauta da direita; é responsabilidade do Estado”, resumiu um dos participantes. A partir dessa afirmação, a discussão avançou sobre o

que já foi feito, por que deu certo e o que precisa ser assumido como política de Estado — e não como resposta improvisada a crises ou como disputa eleitoral rasa.

Dessa reflexão emergiram quatro experiências marcantes: Diadema, Piauí, São Paulo e a dimensão territorial de Maricá, cada uma trazendo elementos de governança, inteligência e presença estatal que desmontam falsas dicotomias entre segurança e direitos.

## **Resultados que desmontam narrativas**

Ao revisitar a experiência de Diadema no início dos anos 2000, José de Filippi lembrou o cenário de violência extrema e as escolhas políticas que mudaram o quadro. O município, então com uma das maiores taxas de homicídios do país, tornou-se referência internacional de redução de mortes violentas — não por ações de força, mas por planejamento.

“Política pública se faz com diagnóstico”, disse Filippi.

Mapeamento preciso, regulação de horários de bares, articulação com assistência social, escolas, postos de saúde e conselhos locais permitiram uma queda de 68% nos homicídios.

“Não existe segurança sem presença do Estado”, insistiu. A fórmula — simples apenas na aparência — envolve permanência, ação contínua e integração entre políticas sociais e segurança.

A experiência virou estudo em universidades internacionais e continua sendo um marco para políticas baseadas em evidências.

## **O crime organizado como economia**

No Piauí, Jean Uema apresentou um diagnóstico direto: qualquer política de segurança fraca cessa quando o sistema prisional permanece desorganizado.

“Nenhuma política funciona com sistema prisional sem controle”, afirmou.

O estado reorganizou suas unidades, separou perfis de presos, bloqueou comunicação e criou inteligência penitenciária própria.

O passo seguinte foi estruturar núcleos integrados entre Polícia Civil, Militar, Penal, Receita e Ministério Público. A lógica mudou: deixou-se de reagir a crimes isolados para atingir fluxos financeiros

e cadeias logísticas.

“O crime é uma economia. Se você não atinge o dinheiro, não desmonta nada”, sintetizou.

Uema insistiu na necessidade de dados confiáveis e coordenação federativa. A ausência de um sistema nacional sólido faz com que experiências bem-sucedidas se percam ou não se expandam.

Quaquá, prefeito do município.

A lógica é simples: onde há Estado presente, o crime organizado encontra menos espaço para dominar economias locais, impor regras e exercer poder paralelo.

## **Proximidade como método, não como estética**

Em São Paulo, Filippi destacou o papel da Guarda Civil Metropolitana como instrumento de presença cotidiana e mediação.

Nada a ver com militarização ou expansão do poder armado: trata-se de vínculo, prevenção e resolução de conflitos.

“Polícia de proximidade não é estética — é mudança cultural”, afirmou. Supervisão, formação contínua, acompanhamento psicológico e integração com serviços públicos compõem o método que fortalece o Estado no território e reduz a lógica de confronto.

## **Uma agenda para assumir**

Ao longo de duas décadas, o PT construiu um acúmulo consistente em segurança pública. As práticas existem, os dados existem, os resultados existem. O que falta é incorporá-los ao discurso público, transformá-los em narrativa nacional e estruturá-los como política de Estado.

Se a segurança pública voltará ao centro da agenda do país, a mesa indica um caminho: o PT precisa disputar esse debate com a autoridade de quem já produziu resultados concretos — e com a convicção de que segurança não se improvisa; se constrói.

A extrema direita ganhou espaço ao explorar o medo e apresentar soluções ilusórias. A resposta não está em repetir seus termos, mas em mostrar que já há caminhos testados, sólidos e democráticos. Inteligência, governança, integração federativa e presença territorial compõem essa base. ■

# **Gestores apontam que o PT criou metodologias eficazes, mas nunca fez delas o centro do debate público. Agora, isso precisa mudar**

## **Municípios como protagonistas**

A mesa também apontou para um eixo frequentemente negligenciado: o papel dos municípios. A referência à experiência de Maricá reforçou que políticas sociais robustas — renda básica, mobilidade gratuita, investimento territorial — são políticas de segurança, mesmo quando não carregam esse rótulo.

“Territórios fortalecidos produzem menos violência. Município forte é política de segurança pública”, resumiu Washington

# O que disse cada painelista



**Edinho Silva**  
Presidente Nacional do PT

“ Se a segurança pública virou responsabilidade cotidiana dos municípios, o Estado precisa reconhecer isso e financiar. Sem presença no território, nada funciona. ”



**Washington Quaquá**  
Prefeito de Maricá

“ O território precisa ser ocupado pelo Estado Democrático de Direito. Sem política social na veia, o crime organiza a vida das pessoas. ”



**Chico Lucas**  
Secretário de Segurança Pública do Piauí

“ O brasileiro não gosta de violência; ele gosta de ordem. A segurança funciona quando o Estado aparece e responde. ”



**José de Filippi**  
Ex-prefeito de Diadema

“ Não existe segurança sem diagnóstico. A queda dos homicídios só aconteceu quando a cidade passou a conhecer seus próprios dados. ”



**Jean Uema**  
Secretário Nacional de Justiça

“ O modelo atual está falido. O Brasil precisa de um sistema nacional pactuado, com inteligência, integração e políticas de Estado. ”

# “Segurança pública precisa entrar no centro do nosso projeto”, afirma Edinho Silva

Presidente nacional do PT defende que o partido assuma a segurança como direito popular, organize seu acúmulo histórico e transforme experiência municipal e estadual em política nacional articulada

Guto Alves

“Um partido como o nosso não pode se acovardar diante do senso comum. Existimos para disputar e hegemonizar o senso comum, não para segui-lo.”

Com essa frase, o presidente nacional do PT, Edinho Silva, abriu sua intervenção no seminário de segurança pública da Fundação Perseu Abramo e colocou o partido diante de um desafio estratégico: transformar o acúmulo construído em duas décadas em política de Estado — e em linguagem capaz de dialogar com a vida concreta da classe trabalhadora.

Edinho partiu do princípio de que segurança pública não é pauta conservadora, mas um direito cotidiano que atravessa a existência do povo brasileiro: o trabalhador que pega metrô cedo, a mãe que espera o filho voltar da escola, a juventude que convive com a violência ou com a ausência do Estado.

Nesse sentido, afirmou que não disputar a agenda apenas alimenta o terreno da extrema direita, que usa o medo como capital político. “Se nós não assumirmos a pauta, outros assumirão — e sem compromisso com a democracia nem com a vida.”



Agência PT

## A tese da municipalização silenciosa e o acúmulo petista

Ao tratar das experiências acumuladas por gestões do PT, Edinho apresentou a tese da “municipalização silenciosa” da segurança pública.

Segundo ele, guardas municipais, gabinetes integrados, ações

de prevenção com adolescentes, redes de apoio a egressos e políticas territoriais assumiram na prática responsabilidades que a Constituição não delega formalmente aos municípios. Isso ocorreu, em grande parte, porque muitos estados deixaram de repor efetivos ou estruturar suas polícias, empurrando para as prefeituras a cobrança diária da população.



Araraquara, cidade que governou, serviu como exemplo dessa realidade híbrida: estruturas municipais que funcionam como dispositivos permanentes de prevenção e inteligência, mesmo sem reconhecimento legal explícito.

“A vida acontece no território, e o território cobra resposta. É ali que o Estado precisa estar inteiro, não pela metade”, afirmou.

A defesa não é apenas administrativa; é política. Para Edinho, reconhecer essa dinâmica é fundamental para organizar uma política nacional que une municípios, estados e União num sistema articulado, coerente com o que preconiza a PEC da Segurança Pública e com o papel coordenador que o governo federal precisa assumir com clareza.

## **Do acúmulo à estratégia nacional**

No encerramento do seminário, Edinho conectou a agenda diretamente ao processo interno do partido. “Agora é construir um plano de trabalho para transfor-

mar formulação em ação política real na sociedade”, disse, indicando que a cartilha Brasil Seguro, Família Protegida, lançada pela Fundação Perseu Abramo — será parte estruturante da elaboração programática do PT para o 8º Congresso e para 2026.

deve ser tratada como política de Estado, baseada em inteligência, prevenção, integração federativa e presença territorial qualificada — e não como resposta improvisada, nem como instrumento de repressão.

Edinho também enfatizou que segurança pública é disputa de imaginário, linguagem e legitimidade. Se a extrema direita construiu hegemonia sobre o tema por meio do medo, cabe ao PT reconstruir essa disputa com método, evidência, cuidado com a vida e presença concreta do Estado nos territórios. “Segurança pública é direito real da sociedade. É dever do Estado, e o PT precisa ajudar a reorganizar esse Estado para que ele cumpra sua função”, afirmou.

No conjunto, a intervenção de Edinho marca uma guinada importante: o tema deixa de ser tratado como reação a episódios de violência e passa a integrar o núcleo do projeto petista. A mensagem final deixa pouco espaço para dúvida: segurança pública não é pauta alheia ao PT — é parte essencial da reconstrução do país. ■

## **Edinho propõe que o PT dispute o tema com projeto, método e presença real nos territórios**

Sua formulação é simples e estratégica: segurança pública



# “Favelas não são zonas de guerra são quilombagens modernas”, afirma Benedita

Deputada do PT-RJ critica a lógica de guerra aplicada às periferias e defende uma política de segurança centrada em direitos, inteligência e presença qualificada do Estado

Guto Alves

**A** participação de Benedita da Silva no seminário nacional de segurança pública do PT e da Fundação Perseu Abramo deu contorno racial, territorial e histórico à discussão.

A deputada lembrou que o Rio de Janeiro tem sido laboratório de operações letais que transformam favelas em zonas de guerra, sem reduzir a criminalidade nem desarticular o crime organizado. Para ela, o que está em jogo é o tipo de Estado que atua nesses territórios e quais vidas são consideradas descartáveis.

Benedita relacionou a violên-

cia atual à formação das periferias brasileiras, marcadas por êxodo nordestino, população negra e modernização excludente. As favelas, na sua formulação, são “quilombagens modernas”, espaços de resistência e sobrevivência que ao mesmo tempo concentram ausência de políticas públicas e presença armada, seja do crime ou de segmentos do próprio Estado. “É impossível falar de segurança sem falar de segurança habitacional, do trabalho, da saúde, do combate ao narcotráfico, dos direitos individuais e coletivos”, afirmou.

Ao criticar operações que interrompem serviços, fecham escolas, paralisam comércios e deixam rastro de mortos sem responsabilização, Benedita desenhou o contorno de uma política alternativa. “Defendemos uma política de segurança que coloque a vida no centro, que reduza letalidade, proteja civis e também profissionais da segurança pública”, disse. Isso implica rever protocolos, garantir investigação independente de operações, criar canais seguros de denúncia e investir em inteligência, em vez de apostar na lógica da “guerra ao inimigo interno”.

A deputada também defendeu que o tema seja alçado ao primeiro escalão da Esplanada. Na sua avaliação, a gravidade da crise exige uma estrutura própria. “Nós do PT temos política para isso e precisamos apresentá-la. Por isso ouso dizer: deveríamos defender a criação do Ministério da Segurança, dedicado exclusivamente a essa questão”, declarou. Ao fazer essa defesa, Benedita liga a agenda de segurança a uma perspectiva de direitos, memória e reparação, reafirmando que o campo democrático só terá legitimidade para disputar a pauta se for capaz de reconhecer e enfrentar o peso do racismo estrutural na política de segurança brasileira. ■



## “Erro político é deixar a segurança nas mãos da extrema direita”, diz José Dirceu

Ex-ministro da Casa Civil afirma que segurança pública é hoje o principal campo de disputa com a extrema direita e defende que o PT organize um projeto nacional para enfrentar crime organizado, milícias e o populismo penal

Guto Alves

“O erro político não é assumir a segurança pública; é deixá-la nas mãos da extrema direita”, afirmou José Dirceu (PT-SP) no seminário nacional de segurança pública promovido pelo PT e pela Fundação Perseu Abramo. Ele colocou a pauta em seu lugar estratégico: o centro da

batalha política contemporânea.

Para o ex-ministro da Casa Civil, segurança não é apenas um conjunto de técnicas de policiamento, mas uma disputa de projeto, narrativa e organização do Estado — uma disputa que a direita radical ocupa há anos com medo, desinformação e soluções autoritárias.

Dirceu lembrou que o PT acumulou avanços decisivos quando esteve no governo federal, crian-

do o Sistema Único de Segurança Pública, estruturando os presídios federais, fortalecendo a Polícia Federal e inaugurando uma cultura de inteligência, controle financeiro e cooperação federativa que deu ao Estado brasileiro capacidade inédita de investigação. Esse acúmulo, porém, não se converteu plenamente em hegemonia narrativa, o que permitiu à extrema direita capturar a pauta com slogans de extermínio e militarização.



## **Crime organizado, milícias e a disputa pelo Estado**

Ao tratar da governança da segurança pública, Dirceu ampliou a análise e situou o Brasil em uma dinâmica internacional em que narcotráfico, economias ilegais, milícias e extrema direita se reforçam mutuamente.

Citou especialmente o avanço das milícias e facções no Rio de Janeiro, o domínio econômico do crime em vários estados e a vulnerabilidade das fronteiras na Amazônia e em Roraima.

Sua leitura é de que esses grupos já não podem ser vistos apenas como organizações criminosas: operam como estruturas políticas que ocupam território, controlam economias locais e disputam legitimidade com o Estado.

Nesse contexto, afirma, o país precisa de uma política nacional articulada, capaz de enfrentar tanto o “andar de cima” das organizações — finanças, logística, armas, lavagem — quanto o domínio territorial nas periferias. Uma política que envolva inteligência de Estado, integração federativa, coordenação nacional, presença permanente nos territórios e enfrentamento econômico ao crime.

**Para Dirceu, segurança é disputa de Estado, de narrativa e de poder. O PT precisa assumir essa agenda com coragem e método**

## **Ministério da Segurança Pública**

Dirceu defendeu explicitamente a criação de um Ministério da Segurança Pública com orçamento e comando próprios, em diálo-

go direto com a Presidência. Para ele, uma estrutura assim daria densidade institucional à agenda e permitiria organizar de forma contínua aquilo que hoje está fragmentado entre vários órgãos.

Ao mesmo tempo, alertou que o PT não pode aderir ao punitivismo fácil. A disputa não se trava reproduzindo a retórica da violência, mas apresentando alternativas que combinem presença estatal, proteção de direitos, inteligência, controle financeiro e redução da letalidade.

“A segurança é instrumento político da extrema direita no mundo. Capturam a pauta, difundem medo, criam inimigos”, afirmou. Para enfrentá-la, o partido precisa falar claro, assumir seu acúmulo e disputar o imaginário popular com coragem.

Na avaliação de Dirceu, a segurança pública será um dos eixos centrais da disputa presidencial de 2026. Chegar a essa eleição sem projeto, sem linguagem e sem formulação seria entregar à extrema direita o principal tema que mobiliza o cotidiano da população. Assumir essa pauta, ao contrário, significa disputar Estado, soberania, território e democracia. ■



Bruno Peres/Agência Brasil

# Clácia Vieira: “Queremos sair do fim da fila, temos pressa”

Marcha reúne 300 mil pessoas em Brasília por reparação e bem-viver na maior mobilização política de mulheres negras que o mundo já viu

Rose Silva

**U**m mosaico de 300 mil mulheres de todos os estados do Brasil e outros 37 países da América Latina, Europa e África coloriu a Esplanada dos Ministérios no último dia 25 de novembro, durante a Marcha das Mulheres Negras por reparação e bem-viver. A mobilização foi construída ao longo de três anos como resposta ao aprofundamento das desigualdades.

De acordo com o 4º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios divulgado pelo Ministério do Trabalho e

Emprego (MTE), mulheres negras ganham, em média, 53,3% menos que os homens brancos. Elas somam 28% da população brasileira e ocupam apenas 2% do Congresso Nacional. E também gastam mais tempo em tarefas domésticas, têm menos acesso a empregos formais e são mais afetadas pela pobreza, o que reafirma a urgência de construir um Estado comprometido com reparação histórica e justiça social.

Desde as primeiras horas da manhã, dezenas de caravanas de ônibus e vans chegaram ao local da concentração, no Museu Nacional. Mulheres de todas as idades, profissionais da educação e da saúde, bancárias, trabalhadoras domésticas, rurais, quilombó-

las, ribeirinhas, representantes de partidos políticos e de organizações sociais produziram bandeiras e camisetas que identificavam suas delegações. Elas marcharam ao lado de ativistas independentes, artistas, parlamentares, percussionistas e escritoras.

A integrante do Fórum Nacional de Mulheres Negras e do Comitê Nacional de Organização da Marcha Clácia Vieira disse que um dos principais objetivos da mobilização é dar visibilidade à luta das mulheres negras no Brasil. “Eu sempre digo que precisamos sair do final da fila, a gente tem pressa. O povo preto não suporta mais projetos que vão fazer efeito daqui a cinco, seis anos, e a gente nem sabe se pode viver até lá. En-



Bruno Peres/Agência Brasil

casa de família aos 14 anos de idade para cuidar de outras duas crianças. Ela lembrou que como toda trabalhadora que não sabe o valor de seu trabalho já teve vergonha de ser doméstica. “Esse mito de que o trabalho doméstico não gera lucro é mentira. Para um médico, professor ou qualquer categoria estar onde está, precisa de uma trabalhadora doméstica dentro de sua casa, então a gente gera lucro e faz o Brasil crescer. Eu abracei essa causa porque eu quero que outras trabalhadoras se reconheçam e sejam valorizadas”, pontua.

Sua delegação saiu de Nova Iguaçu (RJ) para participar da marcha porque 95% das trabalhadoras domésticas são mulheres, em sua maioria negras, pobres e periféricas. “Viemos para comemorar e também para lutar, botar na rua as nossas reivindicações, brigar pelo nosso espaço na política, na medicina, no comando do país”.

**PT na Marcha – A Fundação Perseu Abramo e a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT ergueram a Tenda das Beneditas na concentração, espaço voltado ao acolhimento das mulheres petistas que participaram da Marcha. Passaram pela tenda as vereadoras Tainá de Paula (Rio de Janeiro), Paolla Miguel (Campinas-SP), Karla Coser (Vitória-ES), Marta Rodrigues (Salvador-BA), Edna Miss Preta (Pinhais-PR) e as deputadas estaduais Lucinha do MST (BA), Laura Sito (RS) e Divineide Basílio (RN).**

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, marchou ao lado de sua mãe, Marinete, da sobrinha Luyara, que representou o Instituto Marielle Franco, e da deputada federal Benedita da Silva. A ministra discursou em um dos carros de som e disse que a participação do ministério simboliza uma ponte entre o movimento social e o Estado. “Permaneceremos

tão, nosso primeiro projeto é garantir a vida dessas pessoas”, diz.

“Queremos que as mulheres sejam respeitadas, que a vida do povo preto seja respeitada. Eu sou do Rio de Janeiro, e a gente chega aqui muito machucada, né? A gente precisa que o Estado brasileiro olhe para as mulheres negras como cidadãs de direito, para que tenham trabalho, moradia digna, educação, cultura. A gente defende a não perseguição dos nossos jovens e do povo de matriz africana, queremos o enfrentamento ao racismo religioso”, afirma.

Moradora da comunidade quilombola Território Sapê do Norte e representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (Conac), Domingas dos Santos Delfino saiu do Espírito Santo para participar da Marcha. “Estamos aqui na luta pelos direitos das comunidades quilombolas e dos nossos territórios. E também pra mostrar a nossa cara, o nosso cor-

po, pra mostrar que a gente existe, algo que vem passando muitas vezes despercebido para o Estado brasileiro”, diz.

Ela conta que para as mais de 40 comunidades quilombolas daquele território a principal luta é contra as monoculturas de eucalipto e cana que agredem o meio ambiente. “O impacto é muito grande, falta água e ocorre um monte de situações que o restante do Brasil não conhece”, diz.

A dirigente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco Eleonor Costa viajou com uma delegação de oito pessoas para marchar em Brasília. Disse que a principal luta no setor financeiro é por igualdade de oportunidades na carreira, equiparação salarial com os homens e pelo emprego. “É muito difícil os bancos contratarem mulheres negras”, afirma.

A coordenadora-geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) Cleide Pinto começou a trabalhar em uma



Bruno Peres/Agência Brasil

avançando, marchando por bem-viver e por reparação. Por todas as mães que perderam seus filhos e por todas aquelas que vieram antes de nós. Seguimos juntas em marcha, na positividade, hoje e sempre.”

A deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG) disse que a Marcha traz o bem-viver e a reparação como temas centrais para que o racismo não organize mais relações de poder no mundo. Ela afirma que infelizmente as mulheres negras são minoria nos espaços de poder, embora sejam mais de 30% da população. “Hoje 80% das mulheres negras do nosso país estão endividadas, 63% dos lares chefiados por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. Ou seja, a desigualdade do nosso país tem cor, tem gênero, tem endereço certo. E para combater essa opressão, nós precisamos de ação afirmativa, emprego, renda, reparação histórica e financeira. Lutamos para que terra, trabalho, moradia, alimentação saudável, saúde, educação, acesso à cultura, esporte, lazer,

busão 0800, saneamento básico de qualidade e receber cuidados sejam realmente direitos para as mulheres negras”.

Para a deputada federal licenciada Reginete Bispo (PT-RS), a importância da Marcha de Mulheres Negras por reparação e bem-viver é que ela vem demonstrando o contínuo da luta das mulheres negras desde o momento que assumem o protagonismo na luta feminista e antirracista no país. “Se você for ver na Marcha Zumbi, em 1995, a presença das mulheres era maciça. Em 2015, fizemos a primeira marcha liderada por mulheres, e ela foi potente, mobilizadora, primeiro movimento de rua que enfrentou autoritarismo da extrema direita aqui em Brasília, acampado em frente ao Palácio do Planalto. E foram as mulheres negras que enfrentaram isso. Nossaluta, quando acontece, dá um salto de qualidade na mobilização política e no debate no campo da esquerda”.

Nesse momento pós-golpe e de retomada com o governo Lula, a Marcha das Mulheres Negras é

uma demarcação social das várias demandas do direito de existir, na luta por proteção das pessoas negras e de combate ao racismo. A secretaria nacional LGBT do PT, Janaína Oliveira, acredita que essa luta não seja fácil porque há uma estrutura, uma máquina que funciona o tempo todo utilizando a institucionalidade como uma forma de opressão aos corpos negros. E as mulheres negras nunca tiveram medo de estar frente a frente para proteger vidas que precisam ser cuidadas.

“A gente precisa ter um processo político do país que dê um basta definitivo. Não precisamos só de soluções e de punições, mas sim que o país modifique a sua forma de pensar, de se organizar, de se entender e de respeitar essa diversidade de cores. E acreditar que as mudanças sociais que a gente busca estão muito mais relacionadas com a nossa existência, com o jeito de nós sermos, com a nossa forma de expressão, não só o nosso cabelo. Tem algo que para mim, nessa marcha, tem uma grande simbologia, que é ser mulher, negra, lésbica e amazônica”, pontua. ■



Reprodução

# Calvo do Campari e a violência de gênero: quase 4 milhões de mulheres já sofreram agressões em 2025

Dados oficiais mostram que os casos de violência crescem cada vez mais, do discurso de ódio nas redes ao feminicídio de fato

Henrique Nunes

**E**ntre o final de novembro e o início de dezembro, três casos de violência de gênero tomaram conta dos noticiários brasileiros. O de maior repercussão envolve Thiago Schutz, também conhecido como “Calvo do Campari”, que agrediu a namorada com chutes e tapas dentro da casa do influenciador.

Schutz foi preso em flagrante,

mas solto logo em seguida. O fato ocorreu em 29 de novembro. No mesmo dia, um homem atropelou e arrastou a ex-namorada com o carro por 1 km por não aceitar o término. A violência resultou na amputação das duas pernas da vítima. O agressor está preso.

Um dia antes, duas servidoras do Rio de Janeiro morreram após um ataque a tiros no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) Celso Suckow da Fonseca, no Maracanã, zona norte do Rio de Janeiro. O autor foi João Antônio Miranda Tello Ramos, colega de

trabalho que, após o ataque, tirou a própria vida. Segundo apurações iniciais, o crime foi precedido por episódios de ameaça e por uma explícita dificuldade do agressor em aceitar ser chefiado por uma mulher.

Os três casos recentes endossam os números da pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, feita pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com centro de formação política e de produção de conhecimento do PT e o Sesc São Paulo.

Segundo a iniciativa, houve um aumento, na última década, dos relatos espontâneos de violência sofrida entre mulheres – de 18% em 2010 para 23% em 2023. Quando estimuladas com alguns exemplos de situações de violência física, moral, sexual, patrimonial, psicológica, os relatos aumentam para 50%.

O cenário piora quando se constata que a maioria das vítimas (71%) não denunciou oficialmente o episódio e que 58% não pediram ajuda diante dessa situação. Corrobora para isso o fato de que 2 a cada 10 mulheres que admitiram ter sofrido violência foram orientadas a não fazer denúncia (21%).

A violência psicológica, pouco reconhecida espontaneamente, chegou a 43% quando estimulada. Na sequência, a violência moral (37%), a sexual (23%) e a física (22%). A diferença na classificação mostra como as violências psicológica e moral não costumam ser percebidas no dia a dia e como há entraves no reconhecimento e na nomeação das violências.

## Discurso de ódio

O caso do Calvo do Campari apresenta mais um dado alarmante no Brasil: o aumento do discurso de ódio contra mulheres na internet, justamente o tipo de conteúdo que rendeu fama ao agressor.

Pesquisadores do Laboratório de Estudos de Internet da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em uma parceria com o Ministério das Mulheres, identificaram, de 2018 a 2024, 137 canais nacionais que pregam a misoginia somente no YouTube. Em alguns casos, os autores ainda vendem livros e até cursos que defendem o ódio contra mulheres, sobretudo as que se declaram independentes e feministas.

## Principal canal de denúncia

O Ligue 180 é a principal por-



Reprodução



Reprodução

ta de entrada para a denúncia e o acolhimento. Em duas décadas, a Central prestou mais de 16 milhões de atendimentos. Nos dez primeiros meses de 2025, o número de ligações para o serviço subiu 33% em comparação com o mesmo período do ano passado.

Por meio do Ligue 180, é possí-

vel registrar denúncias de violência contra mulheres, obter orientação sobre leis e direitos, além de buscar informações sobre a localidade dos serviços especializados da rede de atendimento às mulheres (Casa da Mulher Brasileira, Centros de Referência, delegacias especializadas, Defensorias Públicas, entre outros). ■



Rovena Rosa/Agência Brasil

# Com aumento da precarização, trabalhadores querem proteção e direitos

Levantamento mapeia anseios de profissionais de diferentes setores e aponta crescimento do “empreendedorismo por necessidade”

Claudia Rocha

**E**ncomendada ao Vox Populi a partir de uma parceria da Central Única dos Trabalhadores com demais centrais e Fundação Perseu Abramo, a pesquisa “O Trabalho no Brasil” trouxe dados referentes à forma como os trabalhadores se relacionam com o tema, seus anseios e necessidades.

Com apoio do Dieese, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, foram ouvidas presencialmente 3.850 pessoas, entre assalariados,

com e sem o regime CLT, autônomos, empreendedores, servidores públicos, desempregados e aposentados.

O objetivo, de acordo com as entidades, é um mapeamento das questões sobre o empreendedorismo e os profissionais autônomos, como o trabalhador vê as condições de trabalho, a percepção atual sobre o emprego, jornada de trabalho, prioridades para ação sindical e políticas públicas voltadas ao trabalhador.

Dentre os dados, um dos mais significativos é que 56% dos entrevistados autônomos que já trabalharam anteriormente como celetistas responderam que, com

certeza, gostariam de voltar a ter a carteira assinada.

“Isso é resultado direto da precarização do trabalho, que se aprofundou com a reforma trabalhista e os ataques à classe trabalhadora no governo anterior”, explica o presidente da CUT, Sérgio Nobre.

“Esse ‘empreendedorismo de necessidade’ tem crescido não porque simplesmente as pessoas desejam abrir um negócio próprio, mas porque não encontram vagas formais que atendam suas necessidades de renda, jornada e proteção social. As pessoas são empurradas para o trabalho por conta própria porque o mercado

formal não tem gerado oportunidades em quantidade e qualidade suficientes”, afirma Nobre.

Na avaliação dos entrevistados, um bom emprego é classificado como aquele que oferece um salário digno, estabilidade de renda, flexibilidade de horário e a possibilidade de fazer o que se gosta, com propósito.

Entre as categorias que estão fora do mercado de trabalho formal, como as mulheres que desempenham tarefas de cuidados e estudantes, a maior parte aponta que gostaria de ingressar no regime CLT: 52% das mulheres e 57% dos estudantes. No recorte dos profissionais autônomos, 55% opinaram que poderiam voltar a ter carteira assinada. O menor índice está relacionado aos empreendedores, apenas 32% das pessoas que já possuem um negócio próprio se mostraram dispostas a ter a carteira assinada.

## Empreendedorismo de necessidade

A pesquisa trouxe entrevistas com trabalhadores que denominam-se empreendedores em diferentes áreas como: ambulantes, trabalhadores da construção civil, cabeleireiros, comerciantes, cozinheiros e artesãos.

No levantamento, dentre as principais motivações respondidas para entrar no universo empreendedor ou autônomo estão: “precisava ajudar complementar a renda para ajudar a família”, “flexibilidade de horários”, “ganhar mais dinheiro”, “falta de oportunidades na área de formação” e “não gosto de ter patrão”.

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, comenta as causas da falta de atratividade das vagas celetistas. “A reforma trabalhista, aliada à redução da fiscalização do trabalho, contribuiu para a desregulamentação e precarização,

diminuindo a atratividade dos empregos com carteira assinada em ambientes de trabalho marcados por assédio e relações autoritárias. Ou seja, os empregadores oferecem baixos salários, pouca proteção e fazem altas exigências de qualificação profissional, muitas vezes inadequadas e exageradas em relação à vaga”.

O sindicalista completa: “neste cenário, muitos trabalhadores deixaram de ver no emprego formal uma alternativa compatível com sua vida e suas necessidades imediatas, o que levou ocupações autônomas e trabalhos por conta própria a se tornarem saídas possíveis, enquanto o discurso do empreendedorismo passou a romântizar situações de sobrevivência econômica”.

## Pejotização do trabalho

Além do movimento na direção do empreendedorismo, existe também um processo de crescimento da informalidade no setor privado a partir da chamada “pejotização”, que é quando o profissional é obrigado a abrir uma empresa, porém cumpre tarefas cotidianas enquanto funcionário, sujeito à hierarquia, com horários fixos, porém sem os direitos trabalhistas.

A categoria dos jornalistas convive com o fenômeno há pelo menos duas décadas, relata Thiago Tanji, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

“Apesar das relações de trabalho terem mudado, com novas tecnologias responsáveis por mudanças sociais e econômicas, ter uma legislação que normatiza a relação de trabalho, as pessoas terem esse direito, é sem dúvida, independente do salário e da profissão, um instrumento que segue adequado no mundo em que a gente vive hoje, mesmo com todas as mudanças”, defende o pre-

sidente do SJSP.

Tanji explica que no período anterior ao golpe sofrido por Dilma Rousseff as denúncias contra essa modalidade eram investigadas na justiça trabalhista, mas que, desde a reforma trabalhista, ficou muito mais escassa a fiscalização e que a pejotização afeta principalmente os profissionais com salários mais baixos.

“Se o STF ratificar a validade da pejotização aí seremos confrontados com a barbárie porque a livre negociação entre o trabalhador e a empresa simplesmente não existe”, opina Thiago Tanji.

No Supremo Tribunal Federal, há um julgamento em andamento do futuro de um conflito jurídico que se estende nos últimos anos sobre os direitos dos profissionais autônomos contratados por fora da CLT, são mais de 15 milhões de trabalhadores nessa lacuna. A Justiça do Trabalho reconhece os vínculos empregatícios, enquanto a corte tem a tendência favorável às empresas contratantes nas decisões.

O presidente da CUT expllica que “a pejotização é frequentemente usada para substituir vínculos empregatícios formais, mesmo quando estão presentes todos os elementos do trabalho assalariado, como subordinação, habitualidade, pessoalidade e remuneração”.

“Ao abrir mão das contribuições completas ao sistema previdenciário, o trabalhador reduz sua proteção social, o que compromete benefícios fundamentais, como auxílio-doença, licença-maternidade e, no longo prazo, reduz o valor da aposentadoria ou até inviabiliza o acesso ao benefício. As empresas, ao utilizarem essa forma de evasão fiscal, comprometem a sustentabilidade da seguridade social brasileira. Esperamos que não se torne uma tendência permanente, que o STF coloque um ponto final nesse tema”, defende Sérgio Nobre. ■



Reprodução: Pinterest

# Casos de HIV e AIDS podem passar dos 3 milhões até 2030

Segundo relatório da Unaids, fracasso em atingir metas globais para combater o HIV pode resultar em 3,3 milhões novas infecções entre 2025 e 2030. Mas o Brasil pode liderar como exemplo

Luiz Gustavo Pires

**D**ia 1º de dezembro e chegamos, enfim, ao mês vermelho. Do Natal? Também. Dezembro traz consigo a marca do Dia Mundial de Luta contra a AIDS. Ainda que tenha havido avanços no Brasil, o mundo parece querer ir na direção contrária, um verdadeiro paradoxo.

Em 2023, o Brasil reduziu o número de transmissão vertical do HIV (de mãe para filho) e o Ministério da Saúde solicitou a certificação da OPAS/OMS. No mesmo ano, a taxa caiu para menos de 2%, e a incidência de HIV em crianças foi inferior a 0,5 casos

por 1.000 nascidos vivos.

Na última terça-feira (25), o Programa Conjunto das Nações Unidas (Unaids) divulgou o relatório do Dia Mundial da Luta contra a AIDS 2025: Eliminar as barreiras, transformar a resposta à AIDS, no qual detalha as principais reduções no financiamento do tratamento e o impacto no longo prazo dessas ações ou não-ações.

O estudo mostra que as graves reduções em financiamento internacional ao tratamento e prevenção do HIV em 2025 aprofundaram os déficits de financiamento existentes. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima que a assistência externa à saúde deverá cair entre 30% e 40% em 2025

em comparação com 2023, causando interrupções imediatas e ainda mais graves nos serviços de saúde em países de baixa e média renda. O progresso, que parecia muito real e próximo, também se revelou bastante frágil e tênue.

Hoje, 40,8 milhões de pessoas vivem com HIV em todo o mundo, 1,3 milhão de novas infecções ocorreram em 2024 e 9,2 milhões de pessoas ainda não têm acesso ao tratamento.

“A crise de financiamento expôs a fragilidade do progresso que lutamos tanto para alcançar”, disse a diretora executiva da UNAIDS, Winnie Byanyima.

Em agosto deste ano, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a decisão de suspender os recursos do país



Jonathan Sandridge

para financiar programas de HIV, como o Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos para o alívio da AIDS. Essa decisão impacta diretamente países africanos e até mesmo o Brasil. A Organização Mundial da Saúde (OMS), alertou para uma possível “ameaça global” e indica que a decisão põe em risco cerca de 30 milhões de pessoas por todo o mundo.

## Colapso global do financiamento

Os dados do relatório mostram que os cortes de financiamento neste ano impactam diretamente a vida de quem mais precisa. Estima-se a queda de 30–40% na ajuda internacional em 2025; a suspensão temporária de repasses pelo maior doador global, responsável por 75% do financiamento, gerando fechamento de serviços e perda de acesso imediato a prevenção e tratamento; quedas drásticas no acesso à PrEP em países como Burundi (-64%), Uganda (-31%) e Vietnã (-21%); ao redor do mundo redes comunitárias foram totalmente desmanteladas e mulheres foram especialmente atingidas, acumulando o aumento da trans-

missão vertical onde programas foram interrompidos.

## Um panorama do enfrentamento à epidemia de AIDS no Brasil

Não é possível enfrentar epidemias sem democracia e políticas públicas. O direito das pessoas vivendo com HIV depende de políticas públicas permanentes, que garantam assistência e tratamento vitalício.

Desde o primeiro caso de AIDS no Brasil, em 1983, foram os movimentos populares, as organizações da sociedade civil, os coletivos e defensores da democracia que estiveram na linha de frente do combate ao estigma, ao preconceito e da conquista de direitos. Em setembro do mesmo ano, foi organizado o Primeiro Programa de Controle e Prevenção da Aids do Brasil, no estado de São Paulo.

Em 1986, a OMS lançou uma ação global contra a aids, no mesmo ano foi fundada a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), por Herbert Daniel, e criado o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, tornando obrigatória a notificação de novos casos de aids.

Em 1988 foi instituído o 1º de dezembro como Dia Mundial de Luta contra a Aids, com o tema “Junte-se ao esforço mundial”. Junto à promulgação da Constituição Federal, nasceu o Sistema Único de Saúde (SUS), que prevê saúde para todas as pessoas.

O SUS é considerado um dos maiores sistemas de saúde públicos do mundo devido à quantidade de pessoas que atende: sete em cada dez brasileiros, aproximadamente 150 milhões de pessoas, recebem atenção e tratamento em saúde exclusivamente no SUS, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados referentes ao ano de 2019. O desmantelamento de programas estáveis durante os anos de governo Bolsonaro e também da nova crescente global evidenciam o risco iminente de colapso, o descrédito do SUS, o estigma e o ódio que inflam ainda mais essa realidade.

## O HIV é tratável e AIDS pode já não ser mais a realidade de muitas pessoas

Primeiro, para te inserir neste debate, é de extrema importância que se saiba que HIV é diferente de AIDS. HIV é a sigla para vírus da imunodeficiência humana, transmitido principalmente por relações sexuais. Embora não exista cura, o tratamento, chamado de terapia antirretroviral (TARV), é fundamental para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem com o vírus. Além disso, ele contribui para diminuir as chances de transmissão do HIV e pode evitar que a pessoa desenvolva a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. O UNAIDS lembra que, sem acesso contínuo à TARV, o risco de doença avançada aumenta – e muitos dos cortes anunciados globalmente podem

levar exatamente a essa perda de acompanhamento.

## Prevenção combinada já é fato

Durante os anos, os métodos de prevenção têm aumentado significativamente, além das prevenções combinadas, comprovadas cientificamente e com total eficácia. Dentre os métodos de prevenção, o SUS promove a testagem para o HIV, a Profilaxia Pré-exposição (PrEP) que consiste no uso preventivo de medicamentos antirretrovirais antes de eventual exposição sexual ao HIV. Usada com orientação médica e da maneira correta, a PrEP tem mais de 90% de eficácia na prevenção, Profilaxia Pós-exposição (PEP) - uso de medicamentos antirretrovirais em até 72 horas após uma situação de possível contato com o HIV. A PEP é oferecida gratuitamente em serviços de atendimento de emergência ou em Serviços de Atendimento Especializados (SAE). A Prevenção da transmissão vertical, na qual gestantes devem fazer o teste de HIV no pré-natal e no parto. Se o exame for positivo, a gestante deve receber tratamento adequado para evitar a transmissão do vírus para bebê durante a gestação, o parto ou a amamentação. Além disso, o recém-nascido também deverá tomar medicação nas seis primeiras semanas de vida e será necessário substituir a amamentação por leite artificial ou humano processado em bancos de leite.

## O Brasil na contramão dos danos

Enquanto o mundo retrocede na prevenção e tratamento, o governo federal junto ao Ministério da Saúde dá aulas. Na virada 2023-2025, o governo investiu com compromisso nesta área de saúde. Em janeiro de 2023, a então ministra da Saúde, Nísia Trindade, assinou o decreto nº 11.358, que reorga-



Grupo Pela Vida

niza o Ministério e, entre outras determinações, restabelece o Departamento de Vigilância de IST/AIDS e Hepatites Virais, com base no artigo 43, o restabelecimento do departamento, ficou firmado o compromisso de:

propor a formulação e a implementação de políticas, diretrizes e projetos estratégicos quanto à:

**I** - a) promoção das ações de vigilância, de prevenção, de assistência e de garantia do direito à saúde das populações vulneráveis e das pessoas com Aids;

b) promoção e fortalecimento da integração com as organizações da sociedade civil, nos assuntos relacionados às infecções sexualmente transmissíveis e a Aids;

**II** - coordenação o Programa Nacional para a Prevenção e o Controle das Hepatites Virais;

**III** - monitoramento do padrão epidemiológico das infecções sexualmente transmissíveis e da Aids;

Entre outros pontos de convergência para prevenção, controle e

tratamento das infecções.

Além disso, em 2024, o Ministério da Saúde atualizou o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), para o uso da profilaxia pré-exposição (PrEP).

Segundo Artur Kalichman, coordenador-geral de Vigilância do HIV e da Aids do Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (CGHA/Dathi), o objetivo das atualizações é otimizar o atendimento ao usuário e disponibilizar diferentes modalidades de PrEP.

“Ampliar a oferta da profilaxia é uma das nossas estratégias centrais para a eliminação da transmissão do HIV e da aids como problemas de saúde pública no Brasil”, aponta. Artur também destaca que a nova versão do documento faz referência à possibilidade de diversificação na oferta da PrEP, incluindo outros pontos da rede de atenção à saúde e modelos diferenciados de cuidado, como a inclusão da Atenção Primária à Saúde (APS) e do teleatendimento. ■



Ricardo Stuckert

# 42 vezes: por que Lula recebe tantos títulos de doutor honoris causa?

O mais recente aconteceu no dia 24 de novembro, em Moçambique, onde foi homenageado por ter consolidado laços entre o Brasil e o país africano

Henrique Nunes

**A**história se repete desde 2011. De lá para cá, já foram 42 vezes, todas elas com uma certa dose de provocação. Afinal, como é possível um ex-torneiro mecânico, sem diploma universitário, que ousou virar presidente, ser tão lembrado por instituições de ensino do Brasil e do mundo? A própria trajetória de Lula basta para justificar os tantos títulos de doutor honoris causa que já recebeu.

O mais recente deles, de número 42, aconteceu no dia 24 de novembro, em Moçambique, país africano pelo qual o presi-

dente brasileiro nutre profundo respeito. O título de doutor honoris causa em ciência política, desenvolvimento e cooperação internacional pela Universidade Pedagógica de Maputo, concedido ao líder brasileiro, fez parte da comemoração dos 50 anos das relações diplomáticas entre os dois países.

A homenagem reconhece a trajetória de Lula, além da contribuição do Brasil ao avanço da educação e da ciência em Moçambique. O reitor da universidade, Jorge Ferrão, contou que mais de 30% dos quadros de alto escalão científico da academia moçambicana, entre mestres e doutores, formaram-se em instituições de ensino superior brasileiras, em cooperações firmadas durante os

governos do presidente Lula.

No discurso, Lula agradeceu a honraria afirmando que a recebia “em nome do povo brasileiro” e se emocionou ao lembrar que cresceu sem formação educacional. Disse que entende profundamente o que significa “um trabalhador sem estudo” e defendeu o papel da educação como caminho para transformar países em desenvolvimento.

## O que é título de doutor honoris causa?

O título de “Doutor Honoris Causa”, que em latim significa “por causa de honra”, é o mais importante na lista dos que podem ser concedidos por uma instituição de nível superior.

Antes de ser entregue, é necessário que o nome indicado seja aprovado em sessão ou pelo conselho universitário. Na prática, a honraria é dada às pessoas que tenham se destacado por sua contribuição em áreas como cultura e educação. Em outras palavras, é o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por essas personalidades.

## Lula supera Paulo Freire em títulos

Com os 42 títulos de doutor honoris causa recebidos ao longo de sua trajetória política, Lula se tornou o brasileiro com o maior número de honrarias, superando o educador Paulo Freire.

No dia 28 de janeiro de 2011, o presidente Lula recebeu seu primeiro título de doutor honoris causa. A homenagem, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, havia sido oferecida inicialmente em dezembro de 2003, mas ele decidiu que não aceitaria nenhum título enquanto ocupasse a presidência da República.

Depois, recebeu também títulos em instituições como a Universidad Mayor de San Marcos, no Peru, a mais antiga das Américas; Universidade de Coimbra, em Portugal; Universidade Federal de Pernambuco, Politécnica de Lausanne, na Suíça; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sciences-Po, de Paris; Universidad de La Plata, na Argentina; Universidade de Salamanca, na Espanha, entre outras instituições nacionais e internacionais.

A maior parte das homenagens reconhece o trabalho feito durante as suas gestões para o desenvolvimento da Educação. Além de levar experiências brasileiras para diversos países, Lula deu início à maior revolução do setor educacional. Foi a partir de seu primeiro ano como presidente, em 2003,

que começou a maior expansão da rede pública federal, que é formada pelos Institutos Federais (IFs); pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets); pelas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades; e pelo Colégio Pedro II. Foram criados 422 campi entre os anos de 2005 e 2016, sendo 214 entre 2005 e 2010, além

de 208 entre 2011 e 2016. Nesse período, também foram entregues ou incorporadas à rede de ensino outras 92 unidades. Atualmente, são 682 unidades e mais de 1,5 milhão de matrículas. Com os novos cem campi anunciados em 2024, a rede federal passa a contar com 782 unidades, sendo 702 campi de IFs. ■





FreePik

# USP e Google lançam Cátedra IA Responsável

Com foco em políticas públicas e proteção social, iniciativa vai desenvolver pesquisas sobre temas regulatórios e mercado de trabalho

Fernanda Otero

A maior universidade brasileira, Universidade de São Paulo (USP), em parceria com a Google, uma das maiores empresas de tecnologia e domínio de inteligência artificial do mundo, lança nesta terça-feira (2/12) a Cátedra IA Responsável no Instituto de Estudos Avançados da USP, que será coordenada pelo economista Carlos Américo Pacheco, ex-reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e professor da Unicamp.

Em entrevista à Focus, o coordenador Científico da Cátedra, sociólogo Glauco Arbix, profes-

sor titular da USP e coordenador científico do IEA, um dos maiores especialistas em tecnologia e inovação do país, explicou que o lançamento acontece em um “momento em que se dá o desenvolvimento dessa tecnologia e seria importante se a gente pudesse influenciá-la, para que não fizesse mal para as pessoas e para a humanidade. Pelo contrário, para que ela se mostrasse uma tecnologia virtuosa e que ajudasse os países a se desenvolverem, a elevar a qualidade de vida das pessoas, a avançar na saúde, na educação”.

Glauco Arbix foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), coordenador-geral do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no primeiro governo Lula,

presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), integrou o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, coordenou o Observatório de Inovação e Competitividade no Instituto de Estudos Avançados da USP, foi Tinker Professor na Universidade de Wisconsin-Madison, entre outras tantas outras atividades, funções e autoria de livros. Organizou e lançou recentemente o livro “IA Responsável na encruzilhada: desafios geopolíticos, regulatórios e de governança” onde aprofunda os dilemas que o tema apresenta para a sociedade. Atualmente, é membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

Com todo esse conhecimento e autoridade, o pesquisador faz um alerta: “O Brasil está atrasa-



Shutterstock AI

do no controle dessa tecnologia, que é muito poderosa. Como toda tecnologia muito poderosa, ela promete o céu e o inferno. Pode trazer benefícios e malefícios." O coordenador enfatizou que o momento atual é especial porque o desenvolvimento da IA ainda está em curso, permitindo que o país influencie seu rumo para que seja "virtuosa" e ajude no desenvolvimento nacional.

Para um país com "virtudes e, ao mesmo tempo, um poço de carências em várias áreas", a IA responsável representa uma oportunidade de "virada de jogo", especialmente nas áreas da saúde e da educação. Arbix citou a possibilidade de "gerar novas drogas", melhorar diagnósticos e personalizar atendimentos no SUS, além de avanços no sistema educacional.

## Autonomia acadêmica e diversidade de pensamento

A Google já possui um histórico de estabelecer parcerias acadêmicas, o que tranquiliza o coordenador. "A liberdade acadêmica é essencial para nós. Até que ponto a Google vai definir a nossa pauta de pesquisa? Espero que não", diz ele. Ele destacou que a universidade é um "centro de diversidade, de posições diferentes; não tem um pensamento único".

Inicialmente, será criado um

Comitê Executivo composto por três membros da USP, três da Google e pelo catedrático, totalizando sete pessoas, e um Conselho Consultivo com personalidades de destaque que já aceitaram o convite. Nomes como Ana Estela Haddad, secretária de Tecnologias Digitais do Ministério da Saúde; Caio Magri, diretor-presidente do Instituto Ethos; Demi Getschko, diretora-Presidente do NCI.br; Fernanda Dalmas, diretora executiva do jornal Valor; e Francisco Gaetani, secretário extraordinário para a Transformação do Estado do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos fazem parte da lista que ainda está em formação.

## Prioridades e agenda de trabalho

Segundo Arbix, para esta fase inicial, as prioridades da USP incluem o impacto da IA no mercado de trabalho, as novas profissões e as qualificações necessárias. "O mercado de trabalho é o grande problema que a inteligência artificial tem", destaca. Outra linha de frente será o acompanhamento da regulamentação no Congresso Nacional. Apesar do marco regulatório da IA ter sido aprovado no ano passado, a regulamentação ainda não avançou.

Ele também alertou para riscos específicos: "Crianças de sete,

oito, dez, doze anos mexem com essas plataformas de uma maneira que pode provocar danos psicológicos, além de danos materiais". As questões éticas também são uma preocupação prioritária, mencionando o problema das "alucinações" da IA generativa e da "sycophancy", tendência dos sistemas em "bajular" os usuários, respondendo o que eles querem ouvir.

## Questões éticas e apropriação indevida

O coordenador defende que o fato de a Cátedra estar dentro da mais importante universidade da América Latina tem um peso muito grande. "Temos grupos de pesquisa na USP que envolvem mais de 500 pesquisadores sobre inteligência artificial. A USP é grande produtora de artigos científicos em inteligência artificial, em várias áreas, em robótica e em vários segmentos. Em uma perspectiva de preparar o país, a cátedra é superimportante".

O professor citou casos polêmicos, como a recriação digital de Elis Regina e de Vladimir Herzog, para ilustrar os dilemas éticos. "Há uma apropriação indevida da memória das pessoas", afirmou. "A pergunta elementar: Elis Regina autorizaria? Herzog gostaria de participar de um programa desse tipo? Ninguém sabe."

A cátedra representa um esforço estratégico para que o Brasil não seja apenas usuário da tecnologia, mas participe ativamente na definição de seus rumos e controles. Como concluiu Arbix: "Quem é apenas usuário de tecnologia não define essas tendências, não define pesquisa e não define rumos das tecnologias, muito menos os controles sobre os seus impactos. Se for para aumentar a desigualdade, não precisamos de nenhuma tecnologia, é só deixar as coisas do jeito que estão". ■



Carlos Moura/Agência Senado

# Mais um depoente preso pela CPMI do INSS

Jucimar Fonseca da Silva foi detido após 9 horas de depoimento, devido às flagrantes contradições e inconsistências apresentadas durante a oitiva, bem como sua recusa prévia em cooperar

Fernanda Otero

**A**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS revelou nesta segunda-feira (1/12) mais uma peça fundamental do esquema criminoso que desviou bilhões de reais de aposentados e pensionistas brasileiros. Jucimar Fonseca da Silva, servidor de carreira do INSS no Amazonas que ascendeu a cargos de confiança em Brasília durante o governo Bolsonaro, foi

preso em flagrante ao final do depoimento por tentativa de ocultar a verdade sobre seu envolvimento com entidades fraudulentas e por mentir durante o depoimento.

Ele compareceu na condição de testemunha, após pedido de habeas corpus não concedido pelo ministro Dias Toffoli. Em razão de duas faltas e tentativas de escapar da perícia, o presidente da CPMI, senador Carlos Viana, solicitou à Justiça a condução coercitiva. Jucimar foi localizado na madrugada da data da terceira convocação, em uma cidade próxima a Manaus, e foi levado à

força pela Polícia Legislativa do Senado para prestar depoimento. Em sua fala de abertura, o advogado alegou que recebeu um habeas corpus concedido pelo ministro Luiz Fux, garantindo-lhe o direito de não se autoincriminar e de não ser preso por não responder a perguntas que o incriminassem. Como o documento não foi recebido pela comissão, o presidente iniciou afirmando que ele estava depondo na condição de testemunha.

Jucimar iniciou seu depoimento tentando justificar suas ausências anteriores com atesta-



Waldemir Barreto/Agência Senado

do médico psiquiátrico, classificando a perícia do Senado como “arbitrária”. Porém, o presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), foi categórico: “O depoente hoje diz que não viu irregularidade é o mesmo que faltou duas vezes, apresentou dois atestados e tentou escapar de uma perícia médica do Senado. Quem nada deve não foge, quem confia na própria inocência não evita depoimento, quem está com a consciência tranquila não teme a verdade”.

## **De vereador do PL a coordenador-geral de pagamentos e benefícios do INSS**

Alencar Santana expôs as ligações políticas do depoente: “Jucimar foi vereador do PL lá numa cidade do Amazonas, bolsonarista roxo, e que acendeu no INSS durante a gestão do Oliveira, que virou ministro, como ele mesmo

disse, por convite direto do Ônix Lorenzoni”. Rogério Correia foi contundente ao descrever o modus operandi: “Esse Jucimar está desde o início onde aquelas entidades de fachada, entidades pícaras que fingiam que tinham associado e descontavam do aposentado sem que ele nem conhecesse a entidade”. Ele também foi policial militar no estado do Amazonas por 12 anos antes de se eleger vereador.

Paulo Pimenta apresentou documentos que demonstram que Fonseca da Silva já estava envolvido em pareceres técnicos desde 2021, enquanto estava no Amazonas, em casos complexos. O relator Alfredo Gaspar chegou a declarar: “Eu já ia pedir, aqui, a prisão em flagrante do depoente, diante dos documentos que foram fornecidos pelo deputado Paulo Pimenta”. A pressão das evidências obrigou Jucimar a retificar suas declarações anteriores.

O relator buscou estabelecer

a cadeia de comando, afirmando que “as investigações apontam para uma estrutura piramidal bem organizada, com Jucimar atuando como operador intermediário entre as entidades fraudulentas e servidores de alto escalão do INSS”.

Os deputados do PT - Paulo Pimenta (RS), Rogério Correia (MG) e Alencar Santana (SP) - desmontaram a narrativa de que ele seria um simples servidor de carreira, apresentando-o como o “elo entre os diferentes atores do governo Bolsonaro envolvidos nesse esquema de corrupção”. Pimenta questionou: “A primeira pergunta que nós temos hoje para fazer a ele, descobrir aqui hoje, é quem é o seu padrinho. Como é que ele conseguiu, sendo um servidor de carreira do INSS que nunca exerceu nenhum cargo de gerência ou de coordenação regional, sair do nada de um pequeno município do Amazonas e já cair com um grande cargo aqui em Brasília”.

Paulo Pimenta resumiu a dimensão do envolvimento de Jucimar: “todos os pareceres de todo o esquema criminoso que nós olhamos até hoje, a caneta tem o nome, o registro, a digital do Jucimar”. E concluiu que “Jucimar é parte integrante desse bando criminoso que saqueou o Brasil, e os documentos provam. Entrou no INSS durante o governo do Bolsonaro, parou em 2022”.

## **Prisão por mentir durante o depoimento**

Ao final do depoimento, o presidente Viana declarou: “Senhor Jucimar, obrigado por ter dito aqui que o senhor não foi convocado e por não ter dado as datas corretas que o promotor lhe perguntou; o senhor está preso por calar a verdade”, determinando à secretaria-geral que autuasse o flagrante. ■



Saulo Cruz/Agência Senado

O depoente, Mauro Palombo Concílio, levou à CPMI dezenas de documentos que foram recolhidos pelo presidente ao final da oitiva.

## Contador dos ‘Golden Boys’: peça-chave em esquema bilionário do INSS depõe na CPMI

CPMI do INSS aponta Mauro Palombo Concílio como o arquiteto financeiro do desvio de bilhões, revelando coincidências suspeitas em sua rede de clientes

Fernanda Otero

**A**reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS revelou na quinta-feira (27) os detalhes de uma intrincada rede criminosa que desviou bilhões de reais de aposentados e pensionistas brasileiros durante o depoimento do contador Mauro Palombo Concílio, apontado como facilitador da arquitetura financeira do esque-

ma. O depoimento do profissional, que reside nos Estados Unidos desde 2018, expôs conexões entre servidores do governo Bolsonaro, empresários conhecidos como “Golden Boys” e entidades fantasmas.

### Engrenagem perfeita da corrupção

Os deputados do PT Paulo Pimenta (RS), Rogério Correia (MG) e Alencar Santana (SP) foram incisivos ao desmontar a narrativa de inocência apresentada por Palombo. O contador, que prestou

serviços para pelo menos quatro das principais entidades investigadas (Amar Brasil, Master Prev, AASAP e ANDDAP), movimentou cerca de R\$ 714 milhões em recursos supostamente desviados, segundo documentos da CPMI.

Paulo Pimenta questionou a coincidência estrutural: “Por que razão, com milhões de contadores aqui dentro do Brasil, alguém ia escolher um contador que mora nos Estados Unidos, que vem aqui três vezes por ano? E, curiosamente, todos eles, todos os investigados desse núcleo criminoso do INSS escolheram o mesmo conta-



Waldemir Barreto/Agência Senado

dor, o mesmo advogado para fazer a documentação.”

## Conexões com o alto escalão do INSS

As investigações revelaram que Palombo era contador de familiares de servidores do INSS investigados, incluindo Eric Fideles e Virgílio Guimarães, ex-procurador-geral do INSS nomeado no governo Bolsonaro. Pimenta destacou que “o Virgílio precisa montar uma empresa em nome da esposa para receber propina dos ‘Golden Boys’ e procura quem? Mauro Palombo Concílio”. A esposa de Guimarães, Thaisa Jonasson, teria movimentado pelo menos R\$ 18 milhões por meio de empresas contabilizadas por Palombo.

O deputado petista gaúcho foi categórico ao afirmar que Palombo era “especialista no que ele faz” e que “todo esse grande esquema de corrupção que roubou bilhões ele tem como ponto de encontro aqui o seu Mauro Palombo Concílio”. As movimentações financeiras incluíam depósitos de “notas

mofadas” - dinheiro em mau estado de conservação, indicando que estava guardado há muito tempo - e transferências suspeitas, como um depósito de R\$ 104.000 da contábil Nelma (de Palombo) para Anderson Cordeiro.

## Omissão do governo Bolsonaro

Alencar Santana destacou que o principal ato que teria permitido a fraude se deu através de uma decisão que autorizou Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) permitindo descontos associativos por entidades fantasmas. Documentos apresentados na CPMI mostram que o decreto assinado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, Onyx Lorenzoni e Paulo Guedes em 2020 “abriu as portas para descontos associativos” e permitiu que “as entidades fantasmas pudessem começar a roubar aposentados”.

Rogério Correia ampliou o panorama ao destacar que o esquema movimentou mais de R\$ 3,758

bilhões entre 2019 e 2022, período em que o então ministro da Justiça, Sérgio Moro, recebeu alertas formais do Procon sobre os descontos indevidos, mas não agiu. “Toda a roubalheira veio de lá. Foi o Presidente Lula que acabou com essa farra”, afirmou Correia.

Santana questionou a explosão no faturamento das empresas criadas, citando que algumas tiveram um aumento de 16.000% no número de associados em um ano, resultando em um volume de recursos estrondoso em um período muito curto. O contador admitiu ter recebido cerca de R\$ 2 milhões em honorários dessas entidades entre 2022 e 2024, período em que as fraudes atingiram seu ápice.

## Politização da investigação

Na quinta-feira, tradicionalmente, a CPMI realiza a votação de requerimentos, incluindo a convocação de depoentes. A oposição manteve a tática de tentar, a todo custo, politizar os trabalhos, pedindo a convocação do advogado-geral da União, Jorge Messias, que estava investigando o caso. Os deputados da base do governo ressaltaram que as convocações deveriam focar em “figuras que participaram como secretário da previdência, ministro da previdência que participaram da AGU do governo anterior ou da CGU”. Pimenta classificou a tentativa como “factoide político” para prejudicar a indicação de Messias ao STF.

A cada novo depoimento, fica comprovada a conivência do aparelho estatal durante o governo anterior, que permitiu que esse esquema se estruturasse e prosperasse, enquanto organizações da sociedade civil e órgãos de controle eram sistematicamente desmontados ou ignorados. ■

(com informações da Agência Senado)

# Autópsia de um golpe eleitoral e a sombra do narco-estado

Pedro Henrichs

**O**sol que se pôs sobre Tegucigalpa em 30 de novembro de 2025 não encerrou apenas um dia de votação; ele marcou o crepúsculo de uma soberania nacional que vinha sendo corroídameticulosamente por uma tempestade perfeita de pressões externas e sabotagem interna. O recente pleito presidencial em Honduras transcendeu a definição clássica de uma disputa democrática entre esquerda e direita. O que se viu foi um autêntico campo de batalha geopolítico, no qual o voto popular foi sufocado por uma maquinaria sofisticada de fraude, legitimada por potências estrangeiras e executada por velhos atores da política doméstica que buscam, acima de tudo, a impunidade.

Embora a superfície do dia da votação tenha apresentado uma calma aparente, a tranquilidade típica de quem observa um oceano antes do tsunami, os bastidores fervilharam com uma “engenharia do caos”. O clima que precedeu as urnas foi de alta tensão, marcado por uma campanha de deslegitimização feroz, ataques cirúrgicos à candidata governista Rixi Moncada e uma ingerência estrangeira que ecoa os períodos mais sombrios da “República das Bananas”, agora atualizada para a era da guerra híbrida digital.

Rixi Moncada, advogada de temperamento firme, ex-ministra da Defesa e Finanças no governo da Presidente Xiomara Castro e candidata do partido governista

Liberdade e Refundação (Libre), tornou-se o alvo preferencial de uma campanha de ataque midiático e político implacável, desenhada para destruir moralmente a única barreira contra o retorno do conservadorismo radical.

A candidata, cuja plataforma prometia aprofundar as reformas iniciadas por Castro, notadamente a redução da violência estrutural e a democratização da economia por meio de uma reforma fiscal progressiva, foi sistematicamente desumanizada. A oposição de direita, liderada pelo Partido Nacional (PN) e amplificada por megafones internacionais, rotulou Moncada como a encarnação do “comunismo caribenho” e do “narcoterrorismo”. Essa narrativa, simplista mas devastadora, visava desqualificar sua agenda soberanista e associá-la a regimes politicamente sensíveis na América Latina, como Cuba, Nicarágua e Venezuela. Foi a reedição de uma tática clássica de Guerra Fria, aplicada com precisão cirúrgica no século XXI.

Os ataques a Moncada ultrapassaram o debate programático, descendo ao terreno do descrédito pessoal. Acusações infundadas de corrupção, que já haviam sido rejeitadas pela Justiça em instâncias anteriores, e a insistente tentativa de vincular seu partido ao narcotráfico criaram uma dissonância cognitiva no eleitorado. É fundamental notar a ironia: a administração de Castro foi creditada internacionalmente com uma redução significativa nos homicídios e avanços na segurança pública. No entanto, a máquina de propaganda da oposição conseguiu inverter a realidade, pin-

tando o governo que combatia o crime como cúmplice dele, preparando o terreno psicológico para a tese de “fraude” caso a esquerda vencesse.

O papel da comunidade internacional, especificamente da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de certos corpos diplomáticos europeus, merece um capítulo à parte na história deste pleito. Em tese, missões de observação existem para garantir a transparência e proteger o voto. Na prática, a postura adotada foi ambígua, para não dizer cumplice.

A Secretaria-Geral da OEA, rompendo com a prudência diplomática, emitiu declarações de “preocupação” sobre a autonomia das instituições eleitorais hondurenhas semanas antes do voto, alinhando-se discursivamente às denúncias preventivas da oposição. A reunião extraordinária da OEA, realizada em solo hondurenho a poucos dias do pleito, serviu não como um escudo para a democracia, mas como um palanque para que congressistas da direita denunciassem, sem provas materiais, uma “intenção de fraude” por parte do Libre.

Essas ações criaram uma “profecia autorrealizável”. Ao validar as suspeitas da oposição antes mesmo de as urnas abrirem, os organismos internacionais retiraram a legitimidade do governo para conduzir o processo, enfraquecendo as instituições locais. A desconfiança semeada por Washington e replicada pela OEA poderia ter incendiado as ruas caso o resultado não agradasse ao establishment conservador. O que assistimos foi uma “crise de con-

fiança artificial”, fabricada para justificar qualquer intervenção posterior.

## O fator trump e a promessa de impunidade ao narcotráfico

O elemento mais grotesco e decisivo da ingerência estrangeira foi, sem dúvida, a intervenção aberta do governo dos Estados Unidos, personificada na figura do presidente Donald Trump. A política externa americana para a América Central, historicamente pautada pelo intervencionismo, atingiu um novo patamar de cinismo.

O cenário é de uma ironia mordaz e trágica. O ex-presidente de Honduras, Juan Orlando Hernández (JOH), figura central do Partido Nacional, cumpre pena de 45 anos em uma prisão federal nos EUA por narcotráfico e uso de metralhadoras para proteger carregamentos de cocaína. A lógica ditaria que qualquer candidato associado a JOH seria “persona non grata” em Washington. Contudo, a realpolitik de Trump atropelou a ética.

O presidente americano não apenas endossou abertamente Nasry “Tito” Asfura, o herdeiro político de JOH, como foi além: prometeu conceder indulto a Juan Orlando Hernández caso o Partido Nacional retornasse ao poder. Em uma declaração que chocou juristas e ativistas de direitos humanos, Trump afirmou: “Tito e eu podemos trabalhar juntos para lutar contra os narcocomunistas. Juan Orlando foi um parceiro, e parceiros merecem justiça, não perseguição política.”

Além da promessa de soltura do narcotraficante condenado, Trump utilizou a chantagem econômica como arma de voto, ameaçando cortar remessas e ajuda humanitária caso Rixi Moncada vencesse. A mensagem subja-

cente foi clara e brutal: o combate ao narcotráfico é apenas uma ferramenta retórica. Para os EUA sob Trump, um “narco-amigo” é preferível a um governo soberano de esquerda. Essa promessa de anistia para JOH energizou a base do Partido Nacional e sinalizou às máfias locais que os “bons tempos” de impunidade estavam prestes a retornar.

Enquanto a geopolítica opera na manchetes, a fraude opera no chão de fábrica da eleição. A tranquilidade nas ruas contrastava com a atividade frenética nos centros de votação e nos servidores de dados, onde a vontade popular começou a ser distorcida.

## 1. A prisão em San Pedro Sula: a ponta do iceberg

O primeiro sinal concreto de que o processo estava viciado surgiu em San Pedro Sula, o coração industrial de Honduras e historicamente um reduto disputado. Autoridades policiais prenderam em flagrante uma mulher, vinculada à estrutura de campanha do Partido Nacional, enquanto alterava fisicamente as actas (atas) eleitorais.

Segundo relatos do El Heraldo e fontes locais, a mulher possuía dezenas de atas originais e estava, com uma caneta e corretivo, modificando os números finais para inflar a votação de Nasry Asfura e anular votos válidos do Libre. Este incidente não foi isolado; ele representa a materialização do que os especialistas chamam de “fraude formiga”: pequenas alterações em milhares de mesas que, somadas, viram o jogo. A prisão em San Pedro Sula expôs a vulnerabilidade do sistema físico de custódia dos votos e confirmou que a máquina partidária do PN, a mesma que sustentou JOH por anos, ainda operava com total capilaridade e audácia.

## 2. O colapso “conveniente” do CNE

Se a fraude física era a tática do século XX, a fraude digital foi a do século XXI. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE), pressionado a entregar resultados rápidos, admitiu publicamente, horas após o fechamento das urnas, que enfrentava “problemas técnicos severos” e “inconsistências” na contagem e transmissão de votos.

O sistema de Transmissão de Resultados Eleitorais Preliminares (TREP), que deveria garantir a transparência, sofreu “apagões” intermitentes em regiões onde o Libre possuía vantagem histórica. A justificativa oficial variou de falhas de conectividade a sobre carga de servidores.

Aqui entra o temor pré-eleitoral sobre a Starlink. O uso da tecnologia de satélites de Elon Musk, um aliado declarado da nova direita global para a transmissão de dados em áreas rurais, foi denunciado por especialistas como um ponto cego de auditoria. Com o CNE admitindo falhas na contagem, a suspeita de que algoritmos ou interrupções seletivas de sinal foram usados para manipular a totalização ganhou força. A “falha técnica” tornou-se o álibi perfeito para o atraso na divulgação de dados reais e para o súbito salto nos números da direita durante a madrugada.

## 3. Rixi Moncada e as atas fantasmas

Diante do cenário de manipulação, a candidata Rixi Moncada convocou uma coletiva de imprensa urgente e dramática. Visivelmente indignada, mas com a frieza de uma ex-ministra, Rixi apresentou à nação e aos observadores internacionais uma relação de centenas de Atas de Fechamento que estavam sendo computadas pelo CNE, mas que possuíam uma falha grotesca: não continham as

impressões digitais dos membros das mesas receptoras.

“Estamos diante de um roubo descarado,” declarou Moncada, segurando os documentos. A ausência de digitais e assinaturas válidas nas atas indica que esses documentos foram preenchidos longe dos olhos dos fiscais, provavelmente em “centros de contagem paralelos”, e inseridos no sistema oficial para diluir a votação do governo. Essas “atas fantasmas” correspondem a milhares de votos que, estatisticamente, destoam da tendência das urnas auditadas. A denúncia de Rixi expôs que o problema do CNE não era apenas técnico, mas criminoso.

Apesar das evidências de manipulação física em San Pedro Sula, das falhas sistêmicas do CNE e das denúncias documentais de Rixi Moncada, a narrativa oficial, impulsionada pela pressão americana, começou a consolidar um resultado que desafia a lógica de um governo que mantinha altos índices de aprovação social.

Com pouco mais de 40% das urnas processadas (uma lentidão justificada pelas “falhas técnicas”), o cenário desenhado é o seguinte:

- Nasry “Tito” Asfura (Partido Nacional): Lidera com aproximadamente 40 a 42% dos votos. O ex-prefeito de Tegucigalpa, conhecido como “Papi a la Orden”, capitalizou não apenas o voto conservador, mas a eficácia da fraude estrutural. Sua liderança é celebrada prematuramente por Washington como a “volta da liberdade”.
- Salvador Nasralla (Partido Liberal): Surge como uma força auxiliar, capturando o voto de protesto não ideológico e fragmentando a oposição ao golpe.
- Rixi Moncada (Libre): Aparece estagnado em terceiro lugar, com cerca de 20 a 22%. Um número que analistas indepen-

dentes consideram estatisticamente improvável dada a mobilização popular vista durante a campanha, sugerindo que seus votos foram os principais alvos da anulação via atas fraudadas.

Como as eleições em Honduras são definidas por maioria simples, sem segundo turno, a tendência atual, se mantida (e validada pelas autoridades internacionais cúmplices), entregará a presidência a Asfura.

A iminente vitória de Nasry Asfura, sob as bênçãos de Trump e a complacência da OEA, não representa apenas uma alternância de poder partidário. Ela sinaliza o desmantelamento do Estado de Direito em Honduras e o retorno ao status de “Narco-Estado”.

A promessa de soltura de Juan Orlando Hernández é o símbolo máximo dessa regressão. Se concretizada, ela enviará a mensagem de que o crime compensa, desde que o criminoso seja politicamente útil aos interesses norte-americanos. A estrutura de poder que permitiu a JOH transformar Honduras em uma plataforma de exportação de cocaína, envolvendo militares, juízes e políticos, permaneceu latente durante o governo de Xiomara Castro e agora se prepara para retomar o controle total do aparato estatal.

Além disso, a fraude exposta em San Pedro Sula e a manipulação no CNE indicam que as instituições democráticas hondurenhas foram recapturadas pelas elites corruptas. O Tribunal Eleitoral, o Ministério Público e as forças de segurança, ao permitirem ou ignorarem tais flagrantes, mostram-se novamente cooptados.

As eleições presidenciais de Honduras em 2025 entrarão para a história como um estudo de caso sobre como desmantelar uma democracia progressista no século XXI. Não foram necessários tanques nas ruas nem o bom-

bardeio do palácio presidencial. Bastou uma combinação de lawfare, ameaças econômicas externas, manipulação tecnológica de dados e a velha fraude de caneta e papel nas províncias.

A prisão da fraudada em San Pedro Sula e as atas sem digitais denunciadas por Rixi Moncada são as “armas fumegantes” de um crime contra a soberania popular. No entanto, o peso geopolítico dos Estados Unidos, prometendo perdão a narcotraficantes em troca de lealdade política, parece, por ora, ter abafado o clamor por justiça.

O povo hondurenho, que compareceu pacificamente às urnas na esperança de consolidar sua independência, vê-se agora diante de um abismo. A tranquilidade do dia da votação foi traída pela turbulência da apuração. A verdadeira batalha por Honduras começa agora: não mais nas urnas, que foram violadas, mas na resistência contra a normalização de um governo que nasce sob o signo da fraude e que promete abrir as portas das prisões para os arquitetos da destruição nacional.

Honduras merece mais do que ser um peão no tabuleiro de xadrez de Donald Trump ou um refúgio para cartéis protegidos pelo Estado. A comunidade internacional honesta deve exigir uma auditoria forense completa das atas denunciadas por Rixi Moncada e investigar as falhas do CNE. Aceitar este resultado sem contestação é decretar a morte da democracia na América Central e aceitar que a vontade de um império vale mais do que a dignidade de uma nação. ■

Mestrando em Relações Internacionais no IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), gestor público, CEO da Henrichs Consultoria, Sec. Executivo Regenera Brasil, Ex-presidente do Fórum de Juventude dos Brics, Observador eleitoral há 15 anos, 18 países na América, 4 países na Europa, 1 na África, e 3 na Ásia.



Saulo Cruz/Agência Senado

# O que está por trás do sucesso recente dos filmes nacionais

Filmes como *Ainda Estou Aqui* e *O Agente Secreto* inauguram uma nova fase do audiovisual brasileiro e enchem mercado de otimismo

**Henrique Nunes**

O ano era 1975. A produção audiovisual brasileira buscava uma nova identidade após o estranhamento “pra gringo ver” do Cinema Novo e uma geração profundamente acadêmica de realizadores. Mas havia na ocasião um cineasta que destoava dos colegas: Mazzaropi. Sim, o caipira que fazia filmes para as massas estreava na ocasião sua nova obra: *Jeca Tatu contra o Capeta*. O problema é que na sala ao lado havia nada menos do que o

Tubarão de Steven Spielberg. Mas o público brasileiro não teve dúvidas: na estreia, escolheu rir com a história do caipira provinciano a sofrer com o terror do blockbuster estadunidense. O caso foi um espanto para o setor, gerando inúmeros artigos na imprensa especializada.

No fim, não deu mesmo para Mazzaropi. Embora tenha sido um grande de público, com mais de 6 milhões de espectadores, ao longo das semanas de exibição, o filme acabou preterido pelas distribuidoras e jogado em poucas salas. Mas a vitória parcial de *Jeca Tatu* sobre *Tubarão* acendeu o debate sobre como competir de

igual para igual com Hollywood ou, ao menos, convencer o público brasileiro a prestigiar produções locais.

O caso ajuda a entender o quanto o setor tem se reestruturado nas últimas décadas até chegar ao bom momento atual, com produções premiadas internacionalmente e grande sucesso de público. Para entender a atual fase do cinema nacional é preciso recuperar uma série de medidas colocadas em prática a partir da chamada retomada, período de revitalização da produção cinematográfica brasileira, marcado pela reestruturação de políticas de fomento após a grave crise pro-



vocada pelo fechamento da Embrafilme, em 1990, pelo governo de Fernando Collor de Mello.

Foi com Carlota Joaquina, Princesa do Brazil (1995), dirigido por Carla Camurati, que o cinema nacional literalmente renasceu. Com grande sucesso comercial, a obra simbolizou o ressurgimento da indústria cinematográfica nacional, possibilitado pela nova estrutura de incentivos. Já era resultado direto da criação da Ancine, dois anos antes, que recolocou o setor na vitrine.

Outro ponto de virada foi a criação do Fundo Setorial do Audiovisual uma década mais tarde, que passou a fomentar o audiovisual brasileiro, aumentando a participação do produto nacional no mercado e garantindo sustentabilidade e diversidade ao setor.

## Atual momento

Outro ponto em favor foi o restabelecimento da Lei da Cota de Tela, em 2024, após três anos em desuso. O novo decreto substitui a antiga regra de “dias mínimos” para exibição por um sistema mais flexível: exige um percen-

tual mínimo de sessões ao longo do ano em cada complexo, ponderado de acordo com a escala do grupo exibidor — quanto maior o grupo, maior a cota exigida.

Os números mostram que o setor está no caminho certo. Além do sucesso internacional de filmes como Ainda Estou Aqui, vencedor do Oscar de Melhor Filme Estrangeiro, no período entre maio de 2024 e maio de 2025 houve um aumento de 197% nas vendas de ingressos para filmes brasileiros em comparação ao período anterior, segundo levantamento da Ingresso.com.

O crescimento foi puxado especialmente por grandes sucessos nacionais, como o próprio Ainda Estou Aqui, que ficou em 3º lugar nos mais vendidos e permaneceu em cartaz por seis meses consecutivos, e O Auto da Compadecida 2. Juntos, os filmes foram vistos por mais de 10 milhões de brasileiros.

Com a estreia do cotado ao Oscar O Agente Secreto, de Kleber Mendonça Filho, a participação brasileira no mercado aumentou ainda mais: em apenas um mês de

exibição, obteve mais de 1 milhão de espectadores.

Para o diretor de cinema Guga Sander, que estreia em dezembro seu primeiro longa-metragem, outro fator que tem ajudado no aumento do interesse do público por filmes nacionais é a variação nos temas. “Por muitos anos, o Brasil ficou taxado pelo que era chamado de Favela Movie, filmes com temática social, mostrando a violência urbana, a pobreza e as mazelas do país. Embora alguns temas ainda sejam urgentes, como as denúncias contra a Ditadura Militar, já é possível encontrar produções de todos gêneros, da ficção científica ao terror”.

Essa aproximação com temas culturais e sociais que dialogam diretamente com a realidade brasileira, histórias ancoradas em questões urbanas, identidades regionais e personagens autênticos têm encontrado forte ressonância entre espectadores que buscam ver suas vivências representadas na tela.

Ao mesmo tempo, o humor e a música — pilares tradicionais do audiovisual nacional — seguem



sendo motores de audiência, tanto no cinema comercial quanto no circuito alternativo.

Por fim, a expansão das plataformas de streaming abriu novas portas para talentos locais, ampliando a visibilidade de filmes que, antes, ficavam restritos a salas de cinema. O lançamento híbrido, aliado a campanhas digitais mais eficientes, criou novos caminhos para alcançar públicos jovens e diversificados. Esse ecossistema mais robusto, tem impulsionado bilheterias e consolidado o cinema brasileiro como uma força criativa em ascensão.

## Mercado

A fatia de mercado ocupada pelos filmes brasileiros nas salas de cinema do país também aumentou em 2025. Dados preliminares divulgados em novembro pela Agência Nacional de Cinema (Ancine) mostram que um em cada dez brasileiros que foi ao cinema em 2025, até agosto, assistiu a um filme nacional.

Segundo a Ancine, a participação no mercado subiu de 1,4% do público, nos oito primeiros meses de 2023, para 11,2% em 2025. Crescimento semelhante ocorreu no número de sessões ocupadas por filmes brasileiros: nos oito primeiros meses, passou de 4%, em 2023, para 14,1%, em 2025.

Especialistas no mercado audiovisual acreditam que o sucesso do filme nos cinemas do país e nas premiações internacionais impulsionará a produção cinematográfica nacional como um todo.

Em entrevista à Agência Senado, o professor da Universidade Federal de São Paulo (UFSCar) Arthur Autran, autor do livro Pensamento Industrial Cinematográfico Brasileiro (Hucitec Editora), afirmou: “Uma parte da nossa elite intelectual e da nossa classe média padece de uma insegurança cultural, derivada do complexo de vira-lata, e só se sente segura do valor do Brasil quando o reconhecimento vem de fora, quando há uma espécie de carimbo inter-

nacional. Isso acontece com a música, com a literatura, com a pintura e também com o cinema. Em termos simbólicos, portanto, as indicações e premiações de Ainda Estou Aqui são muito importantes para o cinema brasileiro”.

## As 5 maiores bilheterias do cinema nacional

1. Minha Mãe É Uma Peça 3 (2020) – **R\$ 169,8 milhões**
2. Minha Mãe É Uma Peça 2 (2016) – **R\$ 124,6 milhões**
3. Nada a Perder (2018) – **R\$ 120,2 milhões**
4. Os Dez Mandamentos – O Filme (2016) – **R\$ 116,8 milhões**
5. Ainda Estou Aqui (2024) – **R\$ 85,41 milhões**



X/EmmanuelMacron

# Zelensky faz viagens a países europeus para negociar termos do acordo com EUA

Presidente ucraniano tenta obter apoio dos países da UE quanto aos pontos frágeis do termo de acordo proposto pelo governo de Donald Trump

Fernanda Otero

O presidente ucraniano Volodymyr Zelensky foi a Paris na segunda-feira (1/12), para uma reunião com Emmanuel Macron, em meio à intensa atividade diplomática para estabelecer termos de cessar-fogo na guerra de quase quatro anos na Ucrânia.

O encontro ocorreu após negociações entre EUA e Ucrânia sobre um plano de paz de 28 pontos elaborado por Washington, mas criticado por ser excessivamente favorável à Rússia. O plano inclui-

ria limites ao exército ucraniano, bloqueio à entrada na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e cessão territorial.

Macron posiciona-se como contraponto europeu às negociações bilaterais EUA-Rússia, defendendo garantias “sólidas como rocha” para a Ucrânia e o envio de uma “força de reafirmação” para garantir segurança ucraniana.

Durante o dia eles fizeram uma chamada de vídeo com outros líderes europeus, incluindo os do Reino Unido, Alemanha, Itália, Polônia e da União Europeia.

Segundo a France 24, o presidente francês espera que os próximos dias tragam “discussões cruciais” entre autoridades nor-

te-americanas e parceiros ocidentais. O objetivo será esclarecer a participação dos EUA nas garantias de segurança a serem fornecidas à Ucrânia após um potencial cessar-fogo ou acordo de paz. O presidente francês insistiu que os europeus desempenhem um papel na finalização do plano de paz.

Macron afirmou que, atualmente, não existe um plano finalizado sobre as questões territoriais, ressaltando que apenas o presidente Volodymyr Zelensky poderia finalizá-lo. Sobre os temas dos ativos congelados, garantias de segurança, adesão à União Europeia e sanções europeias, o líder francês enfatizou que a conclusão dependeria necessariamente da participação dos europeus nas negociações.

No mesmo dia, ele seguiu para sua primeira visita à Irlanda, que já investiu €380 milhões em apoio à Ucrânia desde o início do conflito, incluindo equipamentos de comunicação por satélite no valor de €1,36 milhão e contribuições contínuas para assistência militar não letal Por meio do Mecanismo Europeu de Paz (EPF).

Em 2025, a Irlanda comprometeu €100 milhões em apoio militar bilateral não letal, com €10 milhões alocados em julho para coalizões de desminagem (Lituânia–Islândia) e de assistência em TI (Estônia–Luxemburgo).

A União Europeia e seus países-membros mobilizaram cerca de €144 bilhões em apoio à Ucrânia, abrangendo ajuda macroeconômica, humanitária e militar. Em fevereiro de 2024, foi acordado um pacote financeiro de €50 bilhões em subsídios e empréstimos até 2027 para necessidades urgentes, recuperação e modernização do país.

O Kremlin confirmou reunião entre Putin e o enviado norte-americano Steve Witkoff para esta terça-feira, 2/12. ■

(com informações do Gript, Euronews e France 24)



# Dia da Solidariedade com Palestina registra mobilização global

Enquanto o Papa pede solução de dois estados, países europeus e brasileiros promovem atos em defesa do povo palestino

Fernanda Otero

**O** Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, criado pela ONU em 1977, foi marcado por manifestações globais, incluindo uma grande marcha em Roma liderada por Greta Thunberg e Francesca Albanese, enquanto o Papa Leão XIV reafirmava no Líbano a necessidade da solução de dois Estados.

A data de 29 de novembro foi estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1977, por meio da resolução 32/40 B, escolhida para marcar o aniversário da adoção da resolução 181 (II) de 1947, que propunha a partição da Palestina. Este ano completam-se 77 anos desde que a ONU assumiu a responsabilidade de encontrar uma solução justa para a questão palestina, ainda não resolvida.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, reiterou em mensagem oficial o “apelo pelo fim

da ocupação ilegal do Território Palestino e por progresso irreversível rumo a uma solução de dois Estados, em linha com o direito internacional e resoluções relevantes da ONU”.

## Papa Leão XIV defende solução de dois estados

Em visita ao Líbano neste domingo (30), o Papa Leão XIV foi enfático ao defender a solução de dois Estados durante conversa com jornalistas no voo para Beirute, informa o Euronews. “A Santa Sé, por muitos anos, apoiou publicamente a proposta de uma solução de dois Estados. Todos sabemos que neste momento Israel ainda não aceita esta solução, mas a vemos como a única solução que poderia oferecer uma resposta a um conflito que está continuamente vivo”, declarou o pontífice.

O Papa acrescentou que a Igreja está disposta a atuar como “voz de mediação que pode ajudar a aproximar-se de uma solução com justiça para todos”, enfatizan-

do que o presidente turco Recep Tayyip Erdogan, com quem se reuniu na quinta-feira, também está “certamente de acordo”.

## Atos em diversos países marca o dia de mobilização global

A ativista climática Greta Thunberg e a relatora especial da ONU Francesca Albanese lideraram uma grande marcha no sábado (29) que reuniu milhares de pessoas em solidariedade a Gaza. O ato, organizado pelo sindicato de base USB, incluiu também o ativista brasileiro Thiago Ávila, que participou de duas viagens da Flotilha da Liberdade para Gaza em junho e outubro.

Antes da marcha, Greta e Francesca participaram da conferência “Reconstruir a Justiça” na Universidade Roma, em Trento. Greta foi aplaudida de pé após abordar a situação em Gaza e criticar o papel das instituições internacionais. “Até as instituições estão dizendo o que os palestinos têm dizendo o tempo todo, que um genocídio está ocorrendo”, afirmou a ativista sueca, enfatizando a necessidade urgente de acabar com toda cumplicidade financeira e militar.

Francesca, por sua vez, denunciou como a cobertura midiática suprime a realidade nos territórios ocupados. “Temo que o genocídio continue, graças ao silenciamento da verdade”, alertou a relatora da ONU, lembrando que “mais de 50% da Faixa de Gaza está ocupada por tanques israelenses” e que na Cisjordânia, “onde não há Hamas”, mais de 1.200 pessoas foram mortas desde 7 de outubro de 2023.

A mobilização não se limitou a Roma. Manifestações ocorreram em diversas cidades ao redor do mundo, incluindo Dublin, Genebra, Paris, Londres, Berlim, Estocolmo, São Paulo e Istambul, demonstrando o caráter global da solidariedade com a causa palestina. ■

opressão no Irã,  
a e El Salvador

*Em Santa Catarina, a vontade de todo o povo brasileiro:*

# CAI FORA, FIGUEIREDO



em Florianópolis: o protesto do povo contra a ditadura

30/11/1979

## Figueiredo chama estudante no braço

Dois dias depois de aumentar o preço da gasolina em 58%, o general presidente João Baptista Figueiredo é hostilizado nas ruas de Florianópolis e reage a um estudante que o ofende com um palavrão. “Minha mãe não está em pauta”, respondeu Figueiredo. Deu um pontapé no jovem e partiu para cima dele com os punhos cerrados, mas foi contido pelos seguranças. Depois da passagem do general presidente pela cidade, sete estudantes são presos e indiciados na Lei de Segurança Nacional.

O aumento do preço dos combustíveis agravou a insatisfação social com o governo ao fim de

um ano de carestia, inflação alta e aprofundamento da crise econômica com o segundo choque mundial nos preços do petróleo. No caminho entre o aeroporto e o centro da cidade, donas de casa batiam panelas em protesto contra o custo de vida e cerca de 4 mil estudantes vaiavam a passagem do general.

Recebido para uma solenidade no palácio do governo, Figueiredo foi à sacada e ouviu mais vaias; dessa vez, de um grupo de 50 pessoas. Depois, caminhou para o Café Senadinho, enquanto eram mantidas à distância milhares de pessoas que portavam faixas de protesto: “Mais arroz e mais fei-

jão”, “Não sorria, abaixo a carestia”. O incidente com o estudante ocorreu na porta do Senadinho. “Isso é por conta do aumento da gasolina”, comentou o ministro de Minas e Energia, César Cals.

Em conversa com os jornalistas logo após o episódio, Figueiredo afirmou, referindo-se aos estudantes: “Eles têm todo o direito de serem comunistas, mas não no meu país. Vão gritar essas coisas lá na Rússia”. Mais tarde, num churrasco com políticos da Arena, o general justificou assim seu comportamento: “Ofensa pessoal, por mais alto que seja meu cargo, eu não aceitarei, esteja onde estiver”.

02/12/1945

## Após 12 anos, país tem eleições livres

Pela primeira vez, depois de 12 anos de jejum, os brasileiros vão às urnas. Os eleitores — cidadãs e cidadãos maiores de 18 anos e alfabetizados — escolhem, além do presidente da República, também os deputados e senadores que elaborarão a nova Constituição. Pela primeira vez, as mulheres votam para presidente.

Os cargos foram disputados por partidos recém-constituídos, de acordo com o decreto assinado por Getúlio Vargas em maio, conhecido como Lei Agamenon — referência a Agamenon Magalhães, ministro da Justiça que foi o principal responsável por sua elaboração.

A nova legislação conferia um papel central aos partidos políticos, que deveriam, obrigatoriamente, ter abrangência nacional e ser registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, a Lei Agamenon acabava com a possibilidade de candidaturas independentes: todos os candidatos deveriam ser inscritos por um partido.

O país chegava às eleições presidenciais com dois militares disputando o cargo: pela oposicionista União Democrática Nacional (UDN), o brigadeiro Eduardo Gomes; e, pelo Partido Social Democrático (PSD), o general Eurico Gaspar Dutra, que havia sido ministro da Guerra de Vargas desde 1936 e deixara o cargo em agosto para se candidatar.

Dutra foi um dos apoiadores do “golpe preventivo” que depôs o presidente em novembro, mas só conseguiu vencer o pleito após o apoio formal do presidente deposto, manifestado na reta final. Teve 52,39% dos votos, contra 34,74% do brigadeiro, que chegou a despontar como favorito no início da campanha. Iedo Fiúza, o candidato lançado à última hora pelo secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCB), Luís Carlos Prestes, recebeu 10% dos votos.

Getúlio Vargas, como permitia a legislação da época, foi eleito deputado federal por sete estados e senador por São Paulo e Rio Grande do Sul, mas acabaria optando pelos votos gaúchos para o Senado.

O perfil conservador da Constituinte se definiu pela enorme bancada do PSD (151 deputados e 24 senadores) e pelo significativo número de parlamentares da UDN (77 deputados e 11 senadores). O PTB elegeu 22 deputados e 1 senador (Getúlio). Já os comunistas elegeram 14 deputados federais e um senador — o próprio Prestes.

A escolha dos parlamentares foi fundamental em 1945, já que eles elaborariam a Constituição, a quarta da história republicana do Brasil.

De acordo com as regras fixadas pela Lei Agamenon, as eleições para o Congresso — Câmara e Senado — foram proporcionais. Oito partidos diferentes apresentaram suas listas de candidatos, e os eleitores puderam escolher entre votar na lista toda ou num candidato específico. Esse modelo de votação, conhecido como lista aberta, seria depois adotado em outros países, como o Chile e a Finlândia.



02-07/12/1968

## CCC volta a explodir bomba em teatro

O Teatro Opinião, no Rio, onde estava sendo encenado o espetáculo “Pra Não Dizer que Não Falei das Flores”, de Geraldo Vandré, tem sua bilheteria destruída por uma bomba. O atentado é atribuído ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), organização paramilitar de direita que atuava desde antes do golpe militar. Nesse ano, o grupo já havia feito outros ataques a teatros, como o Galpão, em São Paulo, e o Maison de France, também no Rio.

Cinco dias mais tarde, mais uma bomba explodiria no Rio de Janeiro, dessa vez na redação do jornal “Correio da Manhã”. Contando com a cumplicidade dos órgãos de segurança, o CCC continuava a agir impunemente.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br)

[memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)

# PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

*que transforma*

-  @fpabramo
-  @fpabramo
-  Fundação Perseu Abramo
-  (11) 5571-2609
-  fpabramo.org.br
-  teoriaedebate.org.br
-  fpabramo.org.br/focusbrasil